



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

SÍNTESE E ESQUEMA: A FACULDADE DE IMAGINAÇÃO NA CRP

FORTALEZA
2013

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

SÍNTESE E ESQUEMA: A FACULDADE DE IMAGINAÇÃO NA CRP

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Konrad Christoph Utz.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F933s Freire, Hálvaro Carvalho.
Síntese e esquema : a faculdade de imaginação na CRP / Hálvaro Carvalho Freire. – 2013.
78 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Filosofia da linguagem e do conhecimento.
Orientação: Prof. Dr. Konrad Christoph Utz.
- 1.Kant,Immanuel,1724-1804.Crítica da razão pura - Crítica e interpretação. 2.Imaginação (Filosofia). 3.Lógica. I. Título.

HÁLWARO CARVALHO FREIRE

SÍNTESE E ESQUEMA: A FACULDADE DE IMAGINAÇÃO NA CRP

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em: **28 de junho de 2013**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Konrad Christoph Utz - UFC (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Ruy de Carvalho Rodrigues Júnior
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedico esta dissertação aos meus pais,
Maria e José, por proporcionarem a
qualidade dos meus estudos durante todo
esse tempo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e José, por me terem presenteado com a vida, pelas palavras de conforto, pelo incentivo, pela presença em todos os momentos da minha vida e por terem sido responsáveis diretos na construção deste trabalho.

À minha irmã, Dione, pela confiança e por acreditar que seria possível, pelas perguntas sobre o andamento da dissertação e pelo apoio incondicional.

Ao meu sobrinho, Lucas (ZUS), por ter iluminado o caminho quando tudo parecia escuro.

Ao meu irmão, Bruno, por, mesmo em silêncio, saber que eu conseguiria.

À minha namorada, Camila, pelo carinho e compreensão, pela força nos momentos difíceis, por compartilhar os momentos alegres, pela sua existência e por me fazer feliz.

Ao meu amigo Ednilson, pelas discussões sobre a filosofia de Kant, pelas brincadeiras e pela amizade, pela convivência durante todo esse tempo, por ter participado intensamente na construção da minha pesquisa.

Aos meus amigos, Felipe e Renan, por me escutarem nos momentos difíceis e por participarem dos momentos de alegria, por me fazerem acreditar na sinceridade da amizade.

À Carmem Maria, pelo incentivo, pela colaboração logística, e por acreditar no meu potencial.

À Débora Maria, pela correção do texto da qualificação e pelas conversas sobre a dissertação.

Ao professor Konrad Christoph Utz, pela paciência e atenção em ajudar, pelas observações essenciais ao texto e por ter acreditado em minha pesquisa.

Ao professor Kleber Carneiro Amora, pela amizade e apoio, pela apresentação apreciável da filosofia de Kant, pelos grupos de estudos, pelos preciosos conhecimentos transmitidos nas aulas e por ter sido o primeiro incentivador da minha pesquisa.

Ao professor Ruy de Carvalho Rodrigues, pela participação na minha banca de qualificação e de defesa final.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Deus, por fazer do impossível, possível.

“Filosofar é como tentar descobrir o segredo de um cofre: cada pequeno ajuste no mecanismo parece levar a nada. Apenas quando tudo entra no lugar a porta se abre.”

Ludwig Wittgenstein

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar a faculdade de imaginação na obra *Crítica da Razão Pura* do filósofo Immanuel Kant. Para tanto, os principais capítulos a serem explorados da referida obra, serão: o da *Dedução dos conceitos puros do entendimento* e o do *Esquematismo dos conceitos puros do entendimento*. Através do nosso primeiro capítulo poderemos constatar a ação da imaginação em três tipos de síntese, a saber, apreensão, reprodução e reconhecimento. No segundo capítulo, poderemos notar a posição da imaginação na segunda edição da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*. Já o terceiro capítulo, terá como função explorar os esquemas, enquanto produtos da faculdade de imaginação, que servirá para uma melhor compreensão da ligação entre intuições e conceitos. Partimos, então, da atividade sintética da imaginação, que perpassa a edição de 1781 da referida obra. A partir disto, fazemos uma análise da imaginação na edição de 1787 investigando possíveis semelhanças e diferenças entre as duas versões citadas. Por fim, perceberemos a importância da faculdade de imaginação para a constituição do conhecimento transcendental, principal finalidade de nossa pesquisa.

Palavras-chave: Imaginação. Dedução. Síntese. Esquema.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is investigate the capacity of imagination in work *Kritik der reinen Vernunft* (*Critique of Pure Reason*) by philosopher Immanuel Kant. For this purpose, the main chapters to be explored in mentioned work will be: *Deduction of the pure concepts of understanding* and *Schematisms of the pure concepts of understanding*. Through our first chapter we will note the action of imagination in three kinds of synthesis, namely, apprehension, reproduction and recognition. In the second chapter, we will note the position of the imagination en the second edition of *Deduction of the pure concepts of understanding*. Already the third chapter will have the function of explores the schemes as products of capacity to imagination that will serve to a best comprehension of the link between intuitions and concepts. We start from the synthetic activity of imagination which passes through the edition of 1981 of the mentioned work. From this, we analyze of the imagination in edition of 1987 and investigate the possible the similarities and differences between the two versions mentioned. Finally, we note the importance of the capacity to imagination to the constitution of the transcendental knowledge, which is the purpose of our research.

Keywords: Imagination. Deduction. Synthesis. Schems.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A SÍNTESE NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DA EDIÇÃO A DA CRP.....	17
2.1	A síntese e as representações puras e a priori.....	17
2.2	Síntese de apreensão.....	20
2.3	Síntese de reprodução.....	25
2.4	Síntese de reconhecimento.....	30
3	A IMAGINAÇÃO NA EDIÇÃO B DA CRP.....	38
3.1	Introdução ao segundo capítulo.....	38
3.2	A Dedução transcendental na edição B da CRP.....	40
3.3	Unidade objetiva e subjetiva.....	44
3.4	Imaginação e Entendimento.....	46
4	O ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL.....	51
4.1	Introdução à concepção de Esquemas.....	51
4.2	Esquema enquanto determinação transcendental do tempo.....	56
4.3	Esquemas dos conceitos sensíveis puros e empíricos.....	60
4.4	Esquemas dos conceitos puros do entendimento.....	62
4.4.1	<i>Esquemas da quantidade</i>	64
4.4.2	<i>Esquemas da qualidade</i>	64
4.4.3	<i>Esquemas da relação</i>	65
4.4.4	<i>Esquemas da modalidade</i>	66
4.5	Conclusões acerca dos esquemas transcendentais.....	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

A faculdade de imaginação surge aos poucos na *Crítica da razão pura*¹. Em sua primeira definição, Kant afirma ser esta uma faculdade de síntese em geral. Atribuir à imaginação a função de síntese do conhecimento é encarregá-la de uma atividade essencial no interior da CRP, uma vez que síntese é o ato de juntar diversas representações e conceber sua diversidade num conhecimento². A espontaneidade do nosso pensamento exige que o diverso seja recebido e ligado para que seja possível o próprio conhecimento, pois este nada mais é que um todo de representações ligadas e comparadas entre si³.

Ao caracterizar a imaginação como uma faculdade sintética já em sua primeira declaração, Kant deixa claro que tal faculdade não pode ser tratada como àquela responsável por promover meras ilusões e, por assim dizer, por dificultar o processo de formação do conhecimento. Ao contrário, aos olhos do filósofo de Königsberg, esta faculdade terá um papel decisivo e abrangente na teoria do conhecimento. Papel este que perpassará duas faculdades do conhecimento, sensibilidade e entendimento.

Para Kant, o sujeito é constituído por uma receptividade, que é a capacidade de receber representações, mediante a maneira pela qual somos afetados pelos objetos⁴; e por uma espontaneidade, que é a capacidade de produzir representações⁵. Sobre a receptividade encontra-se a faculdade da sensibilidade e sobre a espontaneidade se expressa a faculdade do entendimento. Pela primeira faculdade (sensibilidade) temos as intuições, nas quais é *dado* um objeto. Pela segunda (entendimento) temos os conceitos, nos quais o objeto é *pensado*. Deste modo, sem a sensibilidade, não poderíamos intuir nenhum objeto; e sem o entendimento nenhum objeto seria pensado. O sujeito é constituído, portanto, por intuições e conceitos, de modo que só pela sua reunião se obtém conhecimento.

Outra definição que caracteriza a faculdade de imaginação é a de produzir esquemas. Como a faculdade de sensibilidade não pode *pensar* os objetos

¹ A partir de agora usaremos a abreviação CRP para indicar a obra *Crítica da Razão Pura*. As páginas serão indicadas com A, quando se referir à edição de 1781 e B, quando se tratar da segunda edição, de 1787.

² Cf. CRP, A 78 B 103.

³ Cf. CRP, A 79 B 105.

⁴ Cf. CRP, A 19 B 33.

⁵ Cf. CRP, A 51 B 75.

e a faculdade do entendimento não pode *intuí-los*, Kant encarrega aos esquemas, que são produtos da imaginação, a função de mediar intuições e conceitos.

Abordaremos, portanto, a faculdade de imaginação a partir do ponto de vista da sua função sintética e da sua atividade esquemática. Com base nesta análise poderemos perceber a contribuição original que Kant deixou no tratamento desta faculdade para a própria história da filosofia. A intenção desta dissertação é, portanto, aprofundar a reflexão kantiana acerca da imaginação e relacioná-la com as duas fontes do conhecimento, sensibilidade e entendimento. O que nos motiva a realizar essa investigação é o papel decisivo que a faculdade de imaginação terá no interior da CRP, pois uma leitura mais apressada sobre o tema em questão poderia anular as funções desta faculdade, o que conduziria a um erro irrevogável para a compreensão da teoria kantiana na referida obra.

A investigação acerca do papel da imaginação na CRP nos remete a uma questão mais abrangente, a saber, a reedição desta obra elaborada por Kant em 1787. A primeira versão desta obra, de 1781, não foi bem recebida pela maioria dos leitores de sua época. Segundo Kant, isto se deve ao fato de que tais leitores simplesmente não a folhearam e não tiveram o prazer de a repensarem, pelo motivo da obra parecer ser árida, obscura, contrária a todos os conceitos habituais e, além disso, demasiadamente extensa. Kant demonstrou seu descontentamento com a recepção desta primeira edição da CRP na obra *Prolegômenos a toda a Metafísica futura que se queria apresentar como ciência*, publicada em 1783. Como afirma nesta passagem: “não esperava ouvir da parte de um filósofo queixas por causa da falta de [...] entretenimento e agrado, quando se trata da existência de um conhecimento [...] indispensável à humanidade”⁶.

Uma vez que os pensamentos de Kant não alcançaram a recepção desejada, o filósofo escreve uma nova edição da CRP seis anos mais tarde, em 1787. Evidente que este intervalo entre uma edição e outra, ou seja, os cinco anos que antecedem a segunda edição, não são marcados apenas por uma revisão e discussão desta obra, pelo contrário, houve uma profunda produção filosófica neste período. Foram publicadas obras como: *Prolegômenos a toda a Metafísica futura* (1783), *a Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e *os Princípios Metafísicos da ciência da natureza* (1786). Neste sentido, não há dúvidas de que

⁶ KANT, 1998, p. 40.

Kant resolveu escrever uma nova edição da CRP tanto para preencher algumas lacunas deixadas na primeira edição como para consolidar seus pensamentos até aquele momento.

Como bem nota Kuehn, Kant escreveu todas as obras que antecedem a segunda versão da CRP não por receio de não viver o suficiente para apresentar todo o seu pensamento, mas sim para estabelecer as bases e os fundamentos que essas publicações poderiam dar tanto as obras já publicadas quanto as que ainda viriam. Desta forma, durante todo esse período, Kant lutou para ter seu pensamento reconhecido no cenário filosófico de sua época⁷. Na edição de 1787 da CRP Kant apresenta alguns aspectos distintos da edição anterior em sua filosofia. São ampliadas algumas partes da *Introdução* e algumas citações do capítulo da *Estética transcendental*. São retiradas passagens sobre os modos sintéticos no capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*. Além disso, acrescenta no capítulo da *Analítica transcendental*, a “*Refutação ao idealismo*” e a “*Observação geral sobre o sistema dos princípios*”⁸.

As mudanças que destacaremos adiante serão as relativas ao capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*. Já no prefácio à primeira edição da CRP, Kant admite que este capítulo fora o que lhe custou mais esforços, o qual considerava a investigação mais importante para estabelecer os fundamentos da faculdade do entendimento⁹. Como afirma o filósofo nesta passagem: “no decurso do meu trabalho encontrei-me quase sempre indeciso sobre o modo como a este respeito devia proceder”¹⁰. Neste mesmo prefácio, Kant atenta para uma divisão da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*¹¹. A primeira parte, diz respeito ao entendimento puro, considerando sua possibilidade e as faculdades cognitivas em que este se relaciona. Em vista do seu conteúdo, essa parte é chamada de *Dedução subjetiva*. Já a segunda parte, deveria expor e tornar compreensível a objetividade

⁷ Cf. *Kant's critical philosophy and its reception – the first five years (1781–1786)* in: *The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy*, p. 630).

⁸ Cf. CRP, A XVI.

⁹ Cf. CRP, A XVII.

¹⁰ CRP, A XVIII.

¹¹ A primeira formulação do problema fundamental da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*, a saber, como é possível aplicar conceitos *a priori* a objetos dados, é feita por Kant já na Carta destinada a Marcus Hertz de 1772. Como bem observa Longuenesse (2000, p. 22), já nesta carta Kant expõe o problema entre a relação de conceitos *a priori* e objetos dados, que pode ser resumido de uma maneira bem mais elaborada nove anos mais tarde, ou seja, na primeira edição da CRP. Porém, há uma diferença fundamental entre os dois textos, enquanto que na carta de 1772 Kant concebia a relação entre representação e objeto apenas de maneira causal, esta associação é explicada na CRP como uma relação necessária e *a priori*, como veremos mais adiante.

dos conceitos puros *a priori* do entendimento. Ou seja, neste momento, Kant não investigará como é possível o entendimento, mas sim o quanto este pode conhecer independentemente da experiência. Essa segunda parte é denominada de Dedução objetiva, uma vez que demonstrará a validade objetiva das categorias do entendimento.

No aspecto subjetivo da Dedução, Kant irá expor detalhadamente três modos de sínteses, a saber, a síntese de *apreensão* na intuição, a síntese de *reprodução* na imagem e a síntese de *reconhecimento* no conceito. Será por meio destes modos sintéticos, como veremos na primeira parte do nosso primeiro capítulo, que a imaginação terá seu papel traçado na primeira edição da CRP. O problema que se apresenta é que a maior parte da explicação dada por Kant a respeito destes modos sintéticos na segunda seção da Dedução dos conceitos puros do entendimento é suprimida no texto de 1787.

Há uma linha de interpretação que argumenta que na segunda versão da Dedução, ao invés de Kant descrever detalhadamente os processos sintéticos, este passa a dar um maior destaque ao tema da lógica, em especial a caracterização lógica do juízo. Podemos citar dois representantes desta perspectiva, Longuenesse (2000, p. 55) e Herbert James Paton (1973, p. 240). Para ambos, Kant apresenta esta tendência no título do § 19, no qual afirma que: “a forma lógica de todos os juízos consiste na unidade objetiva da apercepção dos conceitos aí contidos”. Isto ficará mais claro quando explicarmos o papel da imaginação na segunda edição da CRP, que fará parte do nosso primeiro capítulo.

A concepção sobre a faculdade de imaginação estará inserida, pelo menos num primeiro momento, em meio a um impasse, uma vez que a principal diferença entre as duas edições da CRP está justamente na função que Kant atribuiu a tal faculdade. Na primeira edição, como veremos na primeira parte do nosso primeiro capítulo, a unidade transcendental da apercepção deve reporta-se à síntese pura da imaginação como condição *a priori* da possibilidade da composição do diverso¹². Já na segunda versão da Dedução, segundo ponto a ser investigado em nosso primeiro capítulo, essa síntese transcendental da imaginação é tratada como um efeito do entendimento sobre a sensibilidade¹³. Deste modo, pretendemos na primeira parte de nosso trabalho analisar possíveis semelhanças e diferenças

¹² CRP, A 118

¹³ CRP, B 152

entre a primeira e a segunda edição da CRP, no que se refere ao capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*.

R. P. Wolf, em *Kant's Theory of Mental Activity* (1982, p. 80), faz uma análise da teoria kantiana do conhecimento e constata que o capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento* é enigmático, muitas vezes até controverso e por isso torna-se a parte mais complexa e mais difícil de compreensão que um filósofo já escreveu. Dada a complexidade deste capítulo e as diversas visões acerca deste, faremos, aqui, uma análise que foi e que ainda é discutida pela maioria dos comentadores de Kant.

Há alguns comentadores que defendem que o aspecto subjetivo da *Dedução* de 1781 não faz falta alguma na segunda versão da *Dedução* em 1787. Representando tal linha de interpretação, Loparic afirma que o elemento principal da *Dedução* não se encontra no aspecto subjetivo, mas sim na parte objetiva. Para ele, o problema fundamental na CRP é “o *que* e *quanto* o entendimento e a razão podem conhecer e não *como* é possível a capacidade de pensar ela mesma”¹⁴. O primeiro problema, segundo Loparic, é respondido pela dedução transcendental de operações e conceitos *a priori*, enquanto o segundo, que pertence à dedução subjetiva, pode ser deixado de lado. A partir disto, afirma: “posso atribuir menos importância às questões sobre a natureza de nossas faculdades cognitivas [...] e concentrar-me principalmente nas operações produtoras do conhecimento, suas regras e seus possíveis resultados”¹⁵. Apesar de apresentar detalhadamente os três modos sintéticos (apreensão, reprodução e reconhecimento) e reconhecer a importância do aspecto subjetivo exposto por Kant em 1781 para o todo da *Dedução* transcendental, Paton, em *Kant's Methaphysic of the Experience* (1983) também vê na segunda versão da *Dedução* transcendental um caminho mais seguro para refletir sobre os conceitos puros e *a priori*¹⁶.

Em outro viés de interpretação se encontram alguns comentadores que defendem a autonomia e a cooperação do aspecto subjetivo para uma compreensão geral da *Dedução* transcendental. Segundo Wolf¹⁷, o aspecto subjetivo da *Dedução* transcendental é a chave para a interpretação de toda a CRP, dado que será neste

¹⁴ Cf. 2000. p. 93-94.

¹⁵ Cf. 2000. p. 94.

¹⁶ Cf. 1973. p. 242. Paton defende tal posição baseado na afirmação que Kant fez no prefácio da primeira edição da CRP. (Cf. CRP, A XVI)

¹⁷ Cf. 1982, p. 80.

aspecto que Kant examinará as faculdades com que o entendimento se envolverá na formação do conhecimento *a priori*. Para ele, só com a compreensão deste ponto que podemos explicar o significado do termo síntese e esclarecer as partes mais difíceis do papel da imaginação. Seguindo essa mesma linha interpretativa, Ewing¹⁸ afirma que a segunda edição da Dedução deixa uma lacuna no argumento ao não tratar do aspecto subjetivo inserido na primeira edição.

Andrew Brook¹⁹ vai mais além e assume a postura de que a Dedução subjetiva e objetiva não faz parte de argumentos distintos, uma vez que a compreensão de como a mente deve ser (aspecto subjetivo) é indispensável para realização da demonstração da validade objetiva das categorias (aspecto objetivo). Com argumento semelhante, Kemp Smith (cf. 1923, p. 50) afirma que a pergunta pelos juízos sintéticos *a priori* pressupõe a questão de quais faculdades mentais os possibilitam. Ele formula as seguintes questões: quais as condições *subjetivas* dos juízos sintéticos *a priori*? Eles se tornam possíveis *através de quais faculdades mentais*?

Ao longo de nossa exposição, discutiremos alguns traços do aspecto subjetivo presentes na parte objetiva da segunda edição da Dedução, bem como o aspecto objetivo presente na parte subjetiva. Como dissemos rapidamente acima, há dois aspectos da Dedução na primeira edição, o subjetivo e o objetivo. Porém, tal divisão só se encontra no prefácio, ou seja, Kant não delimita claramente o começo e o final de cada parte no decorrer do próprio capítulo da Dedução. Segundo Paton²⁰, todas as referências à imaginação são um sinal claro de que estamos sempre lidando com o aspecto subjetivo. Com opinião semelhante, Wolf²¹ afirma que a seção dois do capítulo da Dedução transcendental é a que melhor representa a análise tanto da formação das representações, quanto do papel da imaginação apresentado por Kant.

Neste sentido, nossa análise na primeira parte do primeiro capítulo se concentrará na seção dois da primeira edição do capítulo da Dedução. Porém, iniciaremos o primeiro capítulo com uma pequena análise do § 14, uma vez que este servirá de base para o que irá ser explicado por Kant nas seções seguintes. Assim, nosso primeiro capítulo investigará o papel dos modos sintéticos na primeira edição

¹⁸ Cf. 1974. p. 70.

¹⁹ Cf. 1997. p. 120.

²⁰ Cf. 1973. p. 241.

²¹ Cf. 1982, p. 81.

da Dedução da CRP, que definirá a função da imaginação nesta edição. Em seguida, analisaremos a faculdade de imaginação na segunda edição da obra citada e as possíveis semelhanças entre as duas edições. Feito isto, partiremos para nosso segundo objeto de análise, a saber, os esquemas transcendentais.

A investigação acerca dos esquemas transcendentais será de fundamental importância para a consolidação do nosso trabalho, uma vez que estes também são produtos da faculdade de imaginação. Usaremos este terceiro capítulo para comprovar que mesmo quando Kant não trata mais da mesma maneira os três modos sintéticos acima citados na segunda edição, este não retira nenhuma passagem do capítulo do *Esquematismo transcendental* que será uma das partes fundamentais para a validade objetiva das categorias.

A Dedução transcendental tratará da relação entre os conceitos *a priori* e os objetos dados, seu objetivo central é mostrar que a experiência é impossível sem o conhecimento das categorias. Deve haver uma inevitável ligação entre os conceitos puros do entendimento e as intuições puras da sensibilidade, pois, se os primeiros não tivessem uma “referência original à experiência possível [...], não se compreenderia a sua relação com qualquer objeto”²². O problema é que “estas faculdades não podem permutar as suas funções [...], pois o entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar”²³. Ou seja, essas duas faculdades são heterogêneas entre si, uma é caracterizada pela sua receptividade (sensibilidade) e outra pela sua espontaneidade (entendimento). Há, portanto, um intervalo entre as duas faculdades. Faz-se necessário, portanto, um terceiro elemento que possibilite a aplicação das categorias aos objetos sensíveis. Como veremos em nosso segundo capítulo, a imaginação através do esquematismo transcendental será responsável por propiciar tal aplicação. Assim, aos poucos, poderemos traçar o papel da imaginação na CRP.

Deste modo, a investigação desta faculdade na *CRP* decorre de um raciocínio, de uma espécie de inferência a partir dos resultados, e não de uma descrição pura e particular desta. O caráter sensível de um lado e o aspecto espontâneo do outro permite à imaginação uma fluidez, uma capacidade de reestruturar-se em função dos problemas que forem dados para serem resolvidos por meio de suas funções. Richard Kearney, em *The Wake of Imagination*, concede

²² CRP, A 94 B 127.

²³ CRP, A 52 B 76.

a Kant uma revolução copernicana na teorização acerca da faculdade de imaginação. Segundo Kearney²⁴, tal revolução deve ser admitida por conta de dois fatores: primeiro porque Kant foi o primeiro a demonstrar que imaginar não é uma mera “reprodução” de uma realidade dada (imitação) e sim uma “produção” original da consciência humana; segundo, ele demonstrou que a imagem não é uma “coisa” estática posta na memória e sim um ato criativo e dinâmico.

Kearney ainda ressalta que Kant assustou seus contemporâneos ao anunciar que a faculdade de imaginação era a “raiz desconhecida” comum aos dois ramos da cognição humana, sensibilidade e entendimento. Com isto, segundo ele, Kant propôs que nada pode ser conhecido sobre o mundo a menos que seja primeiramente pré-formado e transformado pelo poder sintético da capacidade de imaginação. Traçaremos, aqui, portanto, um caminho que adotará a imaginação enquanto aquela responsável por produzir tanto os modos sintéticos quanto os esquemas transcendentais. A partir disto, poderemos delimitar as funções da imaginação na CRP, descrevendo suas principais características.

²⁴ Cf. 1988, p. 156/157.

2 A SÍNTESE NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DA EDIÇÃO A DA CRP

2.1 A síntese e as representações puras e a priori

Antes de analisarmos os modos sintéticos na primeira edição da Dedução transcendental, que corresponde ao aspecto subjetivo, vale notar como o conceito de síntese foi introduzido por Kant pela primeira vez no referido capítulo. Kant já dava indícios da importância da síntese no § 10. Neste parágrafo o filósofo expôs a sua divisão da Lógica em geral e transcendental. A primeira, que abstrai de todo o conteúdo do conhecimento, é considerada pelo filósofo como uma lógica apenas formal. Em contrapartida a essa lógica, Kant propõe uma lógica transcendental, que se depara com um diverso intuído pela sensibilidade e, deste modo, uma lógica que já fornece uma matéria aos conceitos puros do entendimento. Contudo, a condição para que o diverso da sensibilidade seja convertido em conhecimento é que este seja recebido e ligado de uma determinada maneira.

Este ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento é chamado por Kant, no significado mais geral da palavra, de síntese²⁵. Esta síntese do diverso ainda não produz um conhecimento propriamente dito, uma vez que este é de início “grosseiro” e “confuso”, porém, como afirma Kant, é à síntese “que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento”²⁶. Tem-se nesta pequena passagem a importância da síntese que é comum em ambas às edições da CRP. Contudo, nota-se, aqui, que Kant menciona apenas uma síntese que se relaciona com o diverso intuído pela sensibilidade (síntese de apreensão), deixando de lado os outros dois modos (síntese de reprodução e reconhecimento) em que só expõe no decorrer da primeira Dedução, mais especificamente, na segunda seção do capítulo da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*.

A argumentação de Kant para mostrar a possibilidade dos conceitos *a priori* levando em consideração as faculdades subjetivas começa no §14, intitulado *A passagem à Dedução Transcendental das Categorias*. Neste parágrafo, Kant expõe os únicos dois modos pelos quais é possível que a representação e os seus objetos se relacionem. O primeiro modo é quando apenas o objeto possibilita a origem das

²⁵ Cf. CRP A 76 B 102.

²⁶ CRP, A 78 B 103.

representações. Já o segundo, se dá de maneira contrária. Na primeira condição, a relação entre representação e objeto nunca é possível *a priori*. No segundo caso, porém, a representação será necessariamente *a priori* e só mediante esta será possível conhecer algo como objeto.

Kant não aceita o primeiro tipo de representação, no qual o objeto a possibilita, uma vez que se esta postura fosse assumida, o filósofo se assemelharia a Locke²⁷ e Hume. Em relação ao primeiro filósofo, para Kant, este encontrou na experiência a origem dos conceitos puros do entendimento e, neste sentido, procedeu de maneira inconsequente. Já Hume, reconheceu que para tais conceitos seria necessário conceber uma origem *a priori*, porém, essa necessidade subjetiva era resultado de uma frequente associação na experiência, que seria o hábito. A derivação empírica a que ambos recorreram, não condiz com a realidade dos conhecimentos científicos *a priori* que o sujeito possui, ou seja, os da *matemática pura* e os da *ciência geral da natureza*, sendo, por conseguinte, refutados²⁸.

Kant assume então, que só através de representações puras e *a priori* podemos conhecer os objetos. A compreensão das representações puras e *a priori*, únicas que podem fundamentar o conhecimento, é de fundamental importância, visto que uma das tarefas da síntese consistirá em organizar tais representações. Estas representações se ordenam a partir da atividade sintética, caso contrário, estas não estabeleceriam um conhecimento, uma vez que este é um todo de representações conectadas e ligadas entre si²⁹. Kant continua sua argumentação no § 14, afirmando que só há duas maneiras para o conhecimento de um objeto: “a primeira é a *intuição*, pela qual é dado o objeto, mas só como fenômeno; a segunda é o *conceito*, pelo qual é pensado um objeto”³⁰. A discussão que se pretende ter aqui está em torno justamente da ligação destas condições para o conhecimento do objeto.

Só há um retorno ao argumento da origem das representações na segunda seção da *Dedução dos conceitos puros do entendimento*, intitulada *Dos Princípios a priori da possibilidade do entendimento*. Nesta seção, Kant nos fala de uma tripla síntese, que se apresenta de maneira necessária para todo o

²⁷ A crítica de Kant ao modo empírico de conceber a origem das representações e dos conceitos puros do entendimento encontra-se em B 127/8. Acerca da visão crítica de Kant sobre o empirismo vale ressaltar o artigo *Porque Kant jamais levou o ceticismo a sério como doutrina filosófica* de PEREIRA, R.H.S. Sképsis, ano III, n°5, 2010.

²⁸ Cf. CRP, A 94 B 127/128.

²⁹ Cf. CRP, A 93 B 126.

³⁰ CRP, A 93 B 125.

conhecimento: “A síntese de *apreensão* das representações como modificação do espírito na intuição; [a síntese] da *reprodução* dessas representações na imaginação e [a síntese] da sua *reconhecimento* no conceito”³¹.

A citação de Kant pode nos conduzir a dois caminhos distintos. O primeiro indicaria a existência de três sínteses independentes uma das outras e originadas por faculdades diferentes. Já no segundo, há uma tripla síntese e, neste sentido, haveria uma única síntese que possuiria suas subdivisões. Em uma passagem presente em ambas as edições da CRP, Kant afirma que a síntese em geral é “o simples efeito da imaginação, uma função cega, embora indispensável da alma”³². Baseado nesta afirmação, o caminho aqui a ser percorrido será o de assumir os três modos de sínteses, provenientes de um mesmo ato, o da imaginação produtiva.

Assumindo isto, poderemos constatar ao longo de nossa exposição que a síntese da imaginação produtiva terá um caráter mais autônomo na primeira edição do que na segunda. Todavia, em ambas as edições, a síntese em geral, como já foi referido, será um efeito da imaginação. Quando esta síntese opera na sensibilidade, origina uma representação chamada intuição; quando ela reproduz essa intuição, forma uma imagem, que garante a permanência de uma intuição mesmo sem sua presença na experiência; e por fim, essa síntese reconduz tal imagem a um conceito, em uma representação universal e necessária provida pelo entendimento. Deste modo, essas sínteses não representam funções de três faculdades distintas, mas são apenas operações da imaginação que, por sua vez, age de maneira distinta em cada faculdade do conhecimento. Poder-se-ia pensar que estes modos sintéticos diminuiriam o papel do entendimento no decorrer da primeira versão da Dedução transcendental. Entretanto, são os conhecimentos puros e *a priori* (categorias) do entendimento que “encerram a unidade necessária da síntese pura da imaginação, relativamente a todos os fenômenos possíveis”³³. Tornaremos mais clara essa visão no decorrer deste capítulo, onde mostraremos a argumentação de Kant sobre os modos sintéticos, necessários para a objetividade do conhecimento.

No final do § 14, será possível notar o começo da diferença entre as versões de 1781 e de 1787 da Dedução transcendental. A análise da sinopse estará inserida neste contexto e aparecerá antes mesmo de qualquer síntese. Segundo

³¹ CRP, A 97/98.

³² CRP A 78 B 103.

³³ CRP, A 119.

Kant³⁴, os sentidos, a imaginação e a apercepção são três capacidades ou faculdades da alma humana que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência. Sobre cada capacidade ou faculdade se fundam três elementos diferentes. A *sinopse* do diverso pelos sentidos. A *síntese* do diverso pela imaginação. E, por fim, a *unidade* dessa síntese pela a apercepção originária. Todas estas capacidades têm, além de um uso empírico, uma função transcendental, ou seja, que se refere apenas à forma e unicamente é possível *a priori*.

Tal divisão destas capacidades foi retirada seis anos mais tarde, na segunda edição da CRP. Apesar de ser mencionada poucas vezes no decorrer da primeira versão da Dedução transcendental, a sinopse terá um vínculo relevante com as fontes primitivas do conhecimento, uma vez que esta se relacionará diretamente com a percepção do múltiplo. Esta *sinopse*, apesar de não ter um caráter de sintetizar o conhecimento, possui uma capacidade de envolver várias sensações ao mesmo tempo, o que será significativo no ato de apreensão dos múltiplos. Neste sentido, por meio da sinopse ainda não se tem um múltiplo unificado, mas esta desempenha um papel considerável na receptividade de múltiplas sensações.

2.2 Síntese de apreensão

A síntese de apreensão é o primeiro nível da explicação de Kant sobre a ligação das diversas representações³⁵ rumo ao conhecimento e a primeira parte do aspecto subjetivo³⁶ da Dedução transcendental, exposto na edição de 1781 da CRP. Um dos principais focos que daremos aqui sobre este tipo de síntese diz respeito à relação entre a imaginação e a produção das representações de espaço e tempo, as formas puras da sensibilidade. Ou seja, aqui, investigaremos a presença da imaginação em relação com a intuição.

³⁴ Cf. CRP, nota de rodapé de A 95.

³⁵ Como aponta Deleuze (2009, p. 22), “pode-se dizer que a representação é a síntese daquilo que se apresenta”.

³⁶ Segundo Paton (cf. 1973, p. 241), será no aspecto subjetivo que Kant se preocupará com o entendimento em si mesmo, com a sua possibilidade e com os poderes de cognição a qual este repousa. Ou seja, Kant se questiona como o poder do pensamento pode ser um poder do conhecimento *a priori*. Isto só será possível com a cooperação da imaginação. Kant não separa claramente as partes destinadas aos aspectos subjetivo e objetivo da Dedução transcendental na primeira edição. Porém, e aqui seguimos Paton novamente, todas as referências à imaginação são um sinal claro de que estamos lidando com o aspecto subjetivo da Dedução.

O primeiro passo na análise de tal síntese consiste na seguinte observação: independentemente da origem das representações, se estas chegam ao sujeito empiricamente ou formam-se de maneira *a priori*, estas, enquanto fenômenos, estão subordinadas ao tempo, correspondente ao sentido interno³⁷. Este argumento, enfatizado por Kant logo no começo da sua exposição, já demonstra a importância que o tempo terá no decorrer de sua explanação sobre a apreensão dos objetos. Esta intuição pura e *a priori*³⁸ acompanhará não apenas a primeira síntese, mas também as demais, como será constatado mais adiante.

O tempo possuirá um papel fundamental na *apreensão* dos objetos, uma vez que a formação das representações do sujeito transcendental são modificações do espírito em seu sentido interno. Como afirma Kant: “todos os nossos conhecimentos estão, em última análise submetidos [...] ao tempo, no qual devem ser conjuntamente ordenados, ligados e postos em relação”³⁹. Deve-se ainda ressaltar, que: “esta é uma observação geral que se deve pôr absolutamente, como fundamento, em tudo o que vai seguir-se”⁴⁰.

Segundo Kant, toda intuição contém nela mesma um múltiplo que, contudo, não seria representado como tal se não existisse no sujeito uma capacidade de distinguir uma série sucessiva nas impressões em que este apreende. Somente quando distinguimos o tempo na série de impressões sensíveis é que podemos perceber momentos diferentes uns dos outros. Este é o primeiro passo na apreensão do múltiplo intuído, a saber, notar os diversos momentos da diversidade intuída. Com isso, o sujeito é capaz de alcançar o segundo passo, que consiste em observar unidades distintas, ou seja, captar a unidade da intuição deste múltiplo distinguido.

O problema que se apresenta é que o sujeito, aqui, ainda não consegue perceber momentos anteriores ou posteriores, ele apenas capta cada múltiplo individualmente e, neste sentido, ainda não consegue formar conexões entre os múltiplos apreendidos, ação que só ocorrerá na síntese de reprodução. O múltiplo é, portanto, compreendido, até este lugar, como uma série de unidades percebidas devido ao nosso sentido interno, a saber, o tempo. Declara Kant:

³⁷ Cf. CRP, A 99.

³⁸ Acerca da exposição kantiana sobre o tempo ser uma intuição *pura e a priori*, conferir a *segunda seção* do capítulo da *Estética transcendental*.

³⁹ CRP, A 99.

⁴⁰ CRP, A 99.

Toda intuição contém em si um diverso que, porém, não teria sido representado como tal, se o espírito não distinguisse o tempo na série das impressões sucessivas, pois, *como encerrada num momento*, nunca pode cada representação ser algo diferente da unidade absoluta⁴¹.

Nota-se, na citação acima, que a síntese de apreensão está diretamente ligada às impressões sensíveis⁴². A apreensão será, pois, a forma mais básica de relação da imaginação com o múltiplo dado intuitivamente. Tal síntese, mediante a formação da representação do tempo, apropria-se dos múltiplos da intuição e os concebe enquanto contendo cada qual seu determinado momento em uma série sucessiva de instantes. Ou seja, somente através da intuição interna, que podemos distinguir um momento diferente de outro momento, e assim perceber a sucessão das coisas. Kant pode agora afirmar que somente quando o sujeito distingue o tempo nas representações é que este pode perceber e transformar a multiplicidade recebida pela sensibilidade.

Perceber essas unidades sem relação umas com as outras faz parte apenas de uma consciência sensível. Ou seja, ter consciência sensível de algo é quando a mente do sujeito percorre o múltiplo das representações sensíveis e os percebe em *uma* representação *una*. Deste modo, significa ter consciência dos conteúdos que as intuições sensíveis representam. Dito de outra forma, o sujeito, aqui, tomaria consciência da intuição representada por ele mesmo, uma vez que este percorre o conteúdo do múltiplo, representado pela intuição sensível, e os reuniria em uma mesma representação. Contudo, afirma Kant: “para que deste diverso surja a unidade da intuição (como por exemplo, na representação do espaço), é necessário, primeiramente, percorrer esses elementos diversos e depois compreendê-los num todo”⁴³.

⁴¹ CRP, A 99.

⁴² Kant menciona tal relação também na *Segunda analogia da experiência*, que tem como princípio a sucessão do tempo segundo a lei da causalidade. Diz Kant: “A apreensão do diverso dos fenômenos é sempre sucessiva [...] percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros pelo seu contrário no estado precedente. Na verdade, ligo duas percepções no tempo. Ora, a ligação não é obra do simples sentido e da intuição, mas é aqui o produto duma faculdade sintética da imaginação, que determina o sentido interno, no referente à relação de tempo”. Ou seja, a imaginação aqui, através da apreensão, situa um antes e um depois, porém ainda fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem uns aos outros. O conceito que irá implicar tal determinação, segundo Kant, “só pode ser um conceito puro do entendimento, que não se encontra na percepção e é aqui o conceito da *relação de causa e efeito*, em que a causa determina o efeito no tempo, como consequência, e não como algo que simplesmente pudesse ter precedência na imaginação” (CRP, A 190 B 234).

⁴³ CRP, A 99.

Podemos dividir a compreensão desta síntese em duas partes: (1) a que percebe os múltiplos em seus determinados momentos, ou seja, em uma série sucessiva temporal; (2) a que os compreende inseridos num todo, apesar desta síntese ainda não fazer as ligações das representações. Perceber estes múltiplos enquanto inseridos num todo (2), significa a relação da imaginação com a intuição pura do espaço. Segundo Kant, “a simples consciência [...] da minha própria existência prova a existência dos objetos no espaço fora de mim”. Kant quer dizer com isso que o espaço é a condição de possibilidade para que seja dada ao sujeito a experiência externa. O espaço é dado, aqui, não por meio de uma imaginação externa, pois, “com efeito, o simples imaginar um sentido externo seria anular mesmo a faculdade de intuição a qual deve ser determinada pela capacidade de imaginação”⁴⁴.

Há, portanto, um momento de relação com representações empíricas e, logo em seguida, um fundamento *a priori* destas. Como declara Kant:

Esta síntese da apreensão deve também ser praticada *a priori*, isto é, relativamente às representações que não são empíricas. Pois sem ela não poderíamos ter *a priori* nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso. [...] Temos, pois, uma síntese pura da apreensão⁴⁵.

Para Beatrice Longuenesse, o desenvolvimento da síntese de apreensão apresenta-se como um processo de *internalização* do objeto⁴⁶. Isto porque a diversidade captada pela capacidade receptiva do sujeito (sensibilidade) não é composta apenas de dados sensoriais disformes, mas já constitui um conteúdo. Este, para que possa ser percebido enquanto um múltiplo, ou seja, enquanto composto de várias unidades, deve pressupor uma distinção de vários momentos *no* tempo, possibilitada pela apreensão do diverso. Assim, o múltiplo da intuição só pode ser percebido enquanto tal se um ato de síntese for adicionado à receptividade de nossa mente⁴⁷.

Em suma, a síntese de apreensão por meio da representação do tempo sintetiza o múltiplo recebido pela sensibilidade. Para Paton⁴⁸, esta síntese não pode ser atribuída à faculdade da sensibilidade, mas sim à imaginação, pois todos os

⁴⁴ CRP, A 226 B 27.

⁴⁵ CRP, A 100.

⁴⁶ Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 91.

⁴⁷ Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 37.

⁴⁸ Cf. 1973, p. 360.

modos de síntese são caracterizados por uma atividade. Ao contrário da sensibilidade, que é sempre passiva, a imaginação produtora⁴⁹ é caracterizada tanto pelo seu ato reprodutivo, como será demonstrado mais especificamente adiante, quanto por sua ação produtiva. Ainda para Paton, é na síntese de apreensão que há pela primeira vez um “assumir” do dado recebido pela sensibilidade, pois apesar desta “oferecer” e “apresentar” o múltiplo, esta faculdade não pode produzi-lo sem a ajuda de uma síntese ativa⁵⁰.

Podemos, agora, afirmar que a síntese de apreensão envolve mais do que um aglomerado de impressões sensíveis, pois faz com que o múltiplo da intuição tenha uma unidade, possibilitada pela formação das representações de espaço e tempo. É neste sentido, que Kant sustenta que “é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos [...] é, pois a ela que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do conhecimento”⁵¹. Pode-se afirmar, portanto, que este processo sintético de perceber múltiplos se dá de maneira *a priori*, pois, caso contrário, “não poderíamos ter *a priori* nem as representações do espaço, nem as do tempo, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso”⁵².

Primeiramente, os fenômenos são dados ao sujeito, mas as percepções destes ainda estão isoladas umas das outras, estas necessitam, portanto, de uma apreensão que as perceba como contendo uma unidade. O próprio Kant afirma que “há, pois, em nós uma faculdade ativa da síntese deste diverso, que chamamos imaginação, e a sua ação, que se exerce imediatamente nas percepções, designo por *apreensão*”⁵³. Será esta apreensão que nos possibilitará perceber uma série sucessiva de múltiplos no tempo. Portanto, a capacidade de imaginação encontra-se já à base das percepções dos objetos, em sua atividade de apreensão. A imaginação é, por esse motivo, “um ingrediente necessário da própria percepção, o que certamente nenhum psicólogo pensou”⁵⁴. Segundo Kant, os psicólogos se

⁴⁹ Kant nos fala de uma imaginação produtiva para distingui-la da reprodutiva. A primeira será ligada a uma representação original do objeto, no sentido de que não são originadas na experiência. Já a segunda, a reprodutiva, consistirá apenas em reproduzir percepções empíricas, ou seja, neste aspecto a imaginação é apenas uma faculdade de representações derivadas da experiência, submetidas a esta.

⁵⁰ Cf. PATON. 1973, p.359.

⁵¹ CRP, A 97 B 135.

⁵² CRP, A 100.

⁵³ CRP, A 120.

⁵⁴ CRP, A 120, nota de rodapé.

limitavam a caracterizar a imaginação apenas como uma faculdade de reproduções, acreditando que os sentidos nos ofereceriam não apenas impressões, mas o próprio encadeamento destas. Contudo, “além da receptividade das impressões [...] estes exigem algo mais, a saber, uma função que os sintetize”⁵⁵.

2.3 Síntese de reprodução

A síntese de reprodução busca explicar a possibilidade de ligar cada apreensão sucessiva para formar uma noção mais ampla de experiência e conhecimento. Trataremos agora, portanto, sobre a reprodução das representações na consciência sensível. Será nesta síntese que os múltiplos apreendidos na síntese anterior (de apreensão) estabelecerão uma associação entre si, submetidos às leis de reprodução. Estas leis são meramente empíricas e de início irão garantir a representação de um objeto. Kant nota que quando representações se sucedem repetidamente, estas acabam, por assim dizer, associando-se entre si de maneira tal que na presença de uma representação qualquer, a consciência do sujeito já passa à outra e, assim, sucessivamente. A lei de reprodução, como diz Kant, “pressupõe [...] que os próprios fenômenos estejam realmente submetidos a uma tal regra”⁵⁶. É, neste sentido, que Kant nos coloca o seu conhecido argumento sobre o cinábrio, que diz:

Se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento [...] se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos, não podia ter lugar nenhuma síntese empírica da percepção⁵⁷.

A concepção de Kant apresentada aqui é a de que se as próprias representações não estabelecessem uma associação entre si, nunca poderíamos perceber a formação de algo como o cinábrio, por exemplo. Este, por sua vez, precisa se conservar constantemente vermelho e pesado para que, deste modo, o sujeito possa fazer uma associação entre o peso e a vermelhidão. Segundo White⁵⁸,

⁵⁵ CRP, A 120.

⁵⁶ CRP, A 100.

⁵⁷ CRP, A 100/101.

⁵⁸ Cf. 1996, p. 116

esse argumento poderia ser interpretado de uma maneira totalmente realista, visto que é como se os próprios fenômenos adquirissem uma ordenação por eles mesmos, independentes do conhecimento do sujeito. Mais adiante, Kant usa o mesmo raciocínio ao argumentar que se qualquer ligação entre as palavras e as impressões nunca tivessem se apresentado à imaginação reprodutiva do sujeito, este não teria como associar palavras com coisa e, conseqüentemente, seria impossível todo o uso da linguagem⁵⁹. Ora, mas tal constatação nos remeteria à conhecida teoria do hábito de Hume, na qual dizia que:

Todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos sempre que essa propensão é o efeito do costume⁶⁰.

Para evitar o problema de uma redução empírica em vista de sua filosofia transcendental, Kant nos diz que: “deve haver, portanto, qualquer coisa que torne possível essa representação dos fenômenos, servindo de princípio *a priori* a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos”⁶¹. Longuenesse explica que essa passagem deve ser compreendida como um “programa explicativo”, visto que Kant parece ainda não concluir essa questão⁶². Para a autora, nada do que o filósofo tinha afirmado até então sobre a síntese de reprodução lhe dá o direito de concluir que a regularidade dos fenômenos está fundada em uma unidade sintética e necessária. De fato, Kant não apresentou o motivo pelo qual a ligação dos fenômenos deve ser necessariamente assumida de maneira *a priori*. Longuenesse explica que o programa de uma Dedução transcendental pode nos dar indícios necessários para revelar a necessidade de tal associação. Para comprovar isto a autora recorre à própria CRP no §14, no qual Kant considera alguns conceitos puros do entendimento, como por exemplo, o da causalidade. Esta categoria de causalidade não surge através de um resultado empírico e contingente, mas como uma condição necessária para o conhecimento dos objetos⁶³. Neste sentido, a expressão “deve haver, portanto,” pode ser compreendida como a procura de Kant em sair de uma regularidade empírica para uma regularidade necessária dos

⁵⁹ Cf. CRP, A 101.

⁶⁰ HUME. 1996, p. 61.

⁶¹ CRP, A 101.

⁶² Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 40.

⁶³ Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 40.

fenômenos, uma vez que estes podem deixar de se apresentarem como uma conexão constante se os mesmos se basearem apenas em uma perspectiva empírica.

Ora, mas quem irá possibilitar esse princípio *a priori*, do qual as leis empíricas também dependem para suas formações? Para Kant, o sujeito não pode garantir apenas pela sua capacidade de receptividade (sensibilidade) uma conexão necessária entre suas representações. Necessita-se, pois, de um princípio puro que garanta essa ligação. O fundamento de Kant num contexto de uma Dedução transcendental não pode se contentar com uma explicação somente de uma associação empírica das representações, mas sim no que pressupõe a constituição destas relações⁶⁴. Kant assume então a postura de que os fenômenos estão sempre sujeitos a uma unidade sintética e necessária *a priori*. Logo adiante, afirma que o sujeito conclui tal necessidade quando “se reflete que os fenômenos não são coisas em si, mas o simples jogo das nossas representações”⁶⁵. Esse deslocamento de um fundamento *a posteriori* das representações para um fundamento *a priori* das mesmas é, sem dúvida, fundamental para o próprio objetivo da filosofia transcendental, visto que esta é definida, nas palavras de Kant, como: “todo o conhecimento que em geral se ocupa menos com os objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*”⁶⁶.

Pudemos notar, até aqui, que há uma distinção fundamental entre uma intuição que contém um múltiplo e uma apreensão sintética deste enquanto tal. Há, neste último ato, a distinção do tempo em cada impressão apreendida, ou seja, existe aqui um ganho na percepção deste múltiplo. Este ganho é possibilitado pela apreensão de cada múltiplo enquanto contendo uma unidade. Na síntese anterior podemos observar a unificação das representações da intuição, o que se torna necessário para que uma associação empírica destas possa ser reproduzida. Ou seja, as leis de associação empírica, às quais os fenômenos estão submetidos, dependem de um ato de apreensão sintético puro, sem as quais não seria capaz nenhuma reprodução das representações. Neste sentido, a síntese de reprodução necessita que o múltiplo tenha sido já ordenado temporalmente e espacialmente,

⁶⁴ Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 39.

⁶⁵ CRP, A 101.

⁶⁶ CRP, B 25.

possibilitado pela apreensão e, desta forma, já possui uma regularidade para que sua reprodução seja fundamentada por uma lei *a priori*. Como declara Kant:

Se pois podemos mostrar que mesmo as nossas intuições *a priori* mais puras não originam conhecimento a não ser que contenham uma ligação do múltiplo, que uma síntese completa da reprodução torna possível, esta síntese da imaginação também está fundada, previamente a toda experiência sobre princípios *a priori* e é preciso admitir uma síntese transcendental pura desta imaginação servindo de fundamento à possibilidade de toda a experiência⁶⁷

Deste modo, assim como a síntese de apreensão é fundada em princípios *a priori*, a reprodução das representações apreendidas também depende de leis puras. Pode-se perceber aqui uma ligação entre a apreensão e a reprodução das representações, isto se dá porque para a efetivação da síntese de reprodução necessita-se de um múltiplo já ordenado e apreendido pela síntese anterior. Esta última, por sua vez, não conseguiria formar um todo sem uma reprodutibilidade de suas representações. O princípio que possibilita a reprodução de nossas representações dos fenômenos é uma função da capacidade de imaginação, definida por Kant como “a faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a presença deste* na intuição”⁶⁸. Há aqui uma conservação dos objetos apreendidos em forma de *imagem*⁶⁹. Ou seja, é imprescindível que logo depois de estabelecer os múltiplos, estes possam ser ligados e reproduzidos, visto que “o conhecimento é um todo de representações ligadas e comparadas entre si”⁷⁰. Podemos dizer que sem essa reprodutibilidade de nossas representações o conhecimento seria impossível, uma vez que se não houvesse tal operação, o sujeito jamais poderia unificar e formar um conhecimento como um todo. O exemplo do cinábrio, acima citado, reforça a ideia da necessidade de uma reprodução em uma imagem mesmo sem a presença do objeto. Este modo de síntese faz com que relembremos o passado diante do presente, faz com que exista uma permanência⁷¹ de nossas representações *apreendidas* ao passar do tempo.

Na tentativa de explicitar mais ainda o que seria essa síntese de reprodução, Kant continua com o seguinte exemplo:

⁶⁷ CRP, A 101.

⁶⁸ CRP, B 152.

⁶⁹ Acerca da noção de Kant sobre imagem, veremos mais detalhadamente em nosso segundo capítulo. Neste trataremos da distinção feita por Kant entre imagem e esquema.

⁷⁰ CRP, A 97 B 135.

⁷¹ Trataremos sobre a permanência das coisas no decorrer do tempo mais especificamente em nosso segundo capítulo, no que diz respeito ao esquema da categoria de substância.

É evidente que se quero traçar uma linha em pensamento, ou pensar o tempo de um meio dia a outro, ou apenas representar-me um certo número, devo em primeiro lugar conceber necessariamente, uma a uma, no meu pensamento, estas diversas representações. Se deixasse sempre escapar do pensamento as representações precedentes (as partes da linha, as partes precedentes do tempo ou as unidades representadas sucessivamente) e não as reproduzisse à medida que passo às seguintes, não poderia jamais reproduzir-se nenhuma representação completa, nem mesmo as representações mais fundamentais, mais puras e primeiras, do espaço e do tempo⁷²

Longuenesse afirma que esse argumento de Kant é “desconcertante”, porque, segundo sua interpretação, o filósofo dá, como fundamento para a regularidade dos fenômenos, outra reprodução, embora esta última seja *a priori* e não atue em representações empíricas, mas nas partes de uma linha, em determinado período de tempo ou num número⁷³. Neste sentido, em vez de Kant oferecer um fundamento para as representações empíricas da sucessão de impressões sensíveis, segundo a autora, este nos dá apenas um fundamento para as representações puras, a saber, linha, tempo e número.

Contudo, pode-se perceber nesta passagem a presença dos dois tipos de síntese, a de apreensão e a de reprodução. No primeiro momento da referida citação, Kant declara que para “traçar uma linha, pensar num determinado momento do tempo ou apenas representar um certo número”, o sujeito deve conceber necessariamente estas representações em seu pensamento. Ora, conceber tais representações é *apreender* cada uma delas enquanto momentos no tempo. A síntese de reprodução aparece na continuação da mencionada citação, segundo a qual “se deixasse sempre escapar as representações precedentes (os elementos da linha, os momentos do tempo e as unidades do número)” o sujeito nunca poderia produzir uma representação completa. Há na síntese de *apreensão* uma receptividade da sensibilidade em relação ao objeto dado e uma unificação deste em uma representação na intuição. A síntese de *reprodução*, por sua vez, obtém o objeto dado na *apreensão* e, como já foi dito, proporciona a manutenção das representações no tempo. Ou seja, no ato de *apreensão* há uma distinção entre os momentos do tempo, enquanto que na reprodução faz-se necessária a ligação de tais momentos, tornando possível, por exemplo, manter o traçar de uma linha no pensamento ou o pensar do decorrer do tempo.

⁷² CRP, A 102.

⁷³ Cf. LONGUENESSE. 2000. p. 41.

Desta forma, não é o suficiente para o conhecimento apenas que o múltiplo seja dado e apreendido, faz-se necessário uma síntese de reprodução para que cada múltiplo seja compreendido em conexão uns com os outros em uma série completa. É nesta linha de pensamento que Paton afirma que não há uma separação entre a síntese de *apreensão* e a síntese de *reprodução*, pois, segundo ele, a primeira inclui a segunda como um elemento necessário dentro de si⁷⁴. Assim, conclui-se que:

A síntese de apreensão está, portanto, inseparavelmente ligada à síntese de reprodução. E como a primeira exprime o princípio transcendental da possibilidade de todos os conhecimentos em geral (não só dos conhecimentos empíricos, mas também dos conhecimentos puros *a priori*), a síntese reprodutiva da imaginação pertence aos actos transcendentais do espírito, e em vista disso, designaremos também esta faculdade por faculdade transcendental da imaginação⁷⁵

Como foi notado, a atividade de reprodução também cabe à imaginação que é, como definimos anteriormente, a capacidade que o sujeito possui de representar um objeto mesmo na ausência de uma intuição presente. Contudo, não se deve reduzir essa faculdade apenas a tal reprodução, o que nos levaria apenas a uma análise psicológica, como foi aludido anteriormente. Essa faculdade, além desta função, atua de maneira decisiva na apreensão dos objetos, com o objetivo de organizar os diversos múltiplos intuídos pela receptividade da sensibilidade. Ambas as sínteses, portanto, pertencem a atos da imaginação: assim como a síntese de apreensão pode ser constatada na síntese de reprodução, a primeira não teria objetivo sem a função da segunda.

2.4 Síntese de reconhecimento

Como vimos anteriormente, Kant procurou apresentar como é possível não apenas intuir o múltiplo, mas apreendê-lo enquanto momentos no tempo. Sendo assim, na primeira parte de nosso trabalho, o filósofo já admitia certa unidade nessas apreensões, não no sentido de uma determinação de um conceito *puro*, mas no sentido de determinação de momentos no tempo. No segundo instante, foi notado que se faz necessário reproduzir esse múltiplo apreendido. Contudo, diz agora Kant: “*sem a consciência* de aquilo que nós pensamos é precisamente o

⁷⁴ Cf. PATON, 1973, p. 364.

⁷⁵ CRP, A 102.

mesmo que pensávamos no instante anterior, *seria vã toda a reprodução na séria das representações*”⁷⁶.

Devemos, portanto, pressupor uma consciência que irá permitir que o que tínhamos pensado no passado não seja outra coisa no presente, pois, caso contrário, “haveria no estado atual uma nova representação, que não pertenceria ao ato pelo qual devia ser [...] produzida, e o diverso dessa representação nunca formaria um todo”⁷⁷. Neste sentido, é a consciência *una* que “reúne numa representação o diverso, sucessivamente intuído e depois também reproduzido”⁷⁸. Os processos sintéticos anteriores só são possíveis devido a uma unidade da consciência que irá garantir que o apreendido e o reproduzido pertençam a um e mesmo sujeito, pois:

Se esquecesse, ao contar, que as unidades, que tenho presentemente diante dos sentidos, foram pouco a pouco acrescentadas por mim umas às outras, não reconheceria a produção do número por esta adição sucessiva de unidade a unidade nem, por conseguinte o número, pois este conceito consiste unicamente na consciência desta unidade da síntese⁷⁹.

Pode-se perceber nesta passagem a necessidade do ato de reconhecer o número. Isto porque, se o sujeito esquecesse as unidades formadas anteriormente, este não poderia nem ao menos reconhecer, por exemplo, uma representação do número (que é adição de unidades). Segundo Longuenesse⁸⁰, a consciência da identidade genérica das representações apreendidas e reproduzidas anteriormente depende de uma constituição completa da experiência, possibilitada pela reconhecimento. O reconhecimento da identidade das representações apreendidas e reproduzidas repousa sobre a consciência de um ato unificado da síntese. Ou seja, reconhecer o apreendido e o reproduzido é ter consciência da unidade da síntese. No entanto, assim como a síntese de reconhecimento necessita das sínteses anteriores (apreensão e reprodução) para formar o conhecimento, estas últimas também dependem da primeira. O exemplo do número acima citado demonstra que Kant está preocupado em estabelecer uma relação entre as sínteses, uma vez que para se chegar a tal pensamento o sujeito necessita de uma apreensão (percepção do múltiplo enquanto tal, ou seja, enquanto contendo um diverso em si mesmo) e de

⁷⁶ CRP, A 103, *grifo nosso*.

⁷⁷ CRP, A 103.

⁷⁸ CRP, A 104.

⁷⁹ CRP, A 103.

⁸⁰ Cf. 2000, p. 45-46.

uma reprodução (formação de imagens) para o reconhecimento do número. Não é possível, portanto, uma análise isolada de cada síntese como atos independentes no processo da formação do conhecimento.

Ora, o número nada mais é que do que o esquema puro da quantidade, “que é uma representação que engloba a adição sucessiva de unidade à unidade”⁸¹ e o esquema “é sempre, em si mesmo, apenas um produto da imaginação”⁸². Os esquemas serão mais explorados em nosso segundo capítulo, que consiste em perceber que a validade objetiva das categorias também depende da aplicação destes no conhecimento. Por enquanto, é importante perceber que aqui a presença da imaginação também se dá na síntese de reconhecimento e que os momentos das sínteses anteriores também dependem de uma fundamentação por meio desta capacidade. Também podemos mostrar a relação entre as sínteses pensando, por exemplo, numa cadeira. Observo uma cadeira neste momento. Caso esta cadeira não esteja mais diante dos meus sentidos, ainda posso, no entanto, ter sua forma e, desta maneira, intuí-la e reproduzi-la de acordo com que percebi pelos meus sentidos anteriormente. Contudo, para que haja conhecimento, não é suficiente que esta cadeira seja intuída e reproduzida. Faz-se necessário que ela seja sempre uma cadeira e não uma mesa ou um quadro, por exemplo. A síntese de reconhecimento necessita da diversidade apreendida e reproduzida, porém, no ato da reconhecimento no conceito, a imaginação terá uma relação direta com o entendimento.

Kant nos fala que há no sujeito um princípio interno de ligação das representações, até que todas possam se convergir, para que elas possam a partir disso receber a unidade do conhecimento⁸³. Em outras palavras, para que o sujeito possa convergir essas representações, este tem que ter consciência da identidade dele mesmo referente às representações, pois tanto as intuições, quanto os conceitos “não são nada para nós e não nos diz respeito algum, se não puderem ser recebidas na consciência”⁸⁴. O princípio, pois, que irá permitir as ligações das representações a uma consciência *una* é chamado por Kant de *princípio transcendental da unidade*⁸⁵. Esta unidade é sempre sintética e será gerada pela *apercepção pura*. Por isso que falávamos nas sínteses anteriores que ali operava

⁸¹ CRP, A 143 B 182.

⁸² CRP, A 140 B 179.

⁸³ Cf. CRP, A 117.

⁸⁴ CRP, A 117

⁸⁵ Cf. CRP, A 117.

uma consciência sensível, com a qual todas as representações tinham uma relação necessária. Contudo, “toda a consciência empírica tem [...] uma relação necessária a uma consciência transcendental (que precede toda a experiência particular)”⁸⁶. Ou seja, parece que chegamos aqui na fundamentação da possibilidade das sínteses anteriores, que seria a apercepção que forneceria a unidade sintética e, neste sentido, chegaríamos à parte fundamental do aspecto subjetivo da Dedução da primeira edição da CRP. Ora, mas há uma passagem em que Kant nos diz que esta apercepção pura deve pressupor uma síntese da imaginação. Afirma Kant:

Esta unidade sintética pressupõe, contudo, uma síntese [...] que deve ser também uma síntese *a priori*. A unidade transcendental da apercepção reporta-se, portanto, à síntese pura da imaginação, como a uma condição *a priori* da possibilidade de toda a composição do diverso num conhecimento. A *síntese produtiva da imaginação*, porém, só pode ter lugar *a priori*, pois a síntese reprodutiva repousa sobre as condições da experiência. O princípio da unidade necessária da síntese pura (produtiva) da imaginação é, pois, anteriormente à apercepção, o fundamento da possibilidade de todo o conhecimento, particularmente da experiência⁸⁷.

A imaginação, portanto, atua na primeira síntese possibilitando a apreensão das representações por meio da formação da representação do tempo. Em seguida, esta faculdade reproduz este múltiplo por meio de imagens e, por fim, é responsável por realizar a síntese de todo o conhecimento. As unidades formadas na síntese de apreensão ainda não eram concebidas enquanto ligadas a uma consciência *una*, transcendental. O múltiplo era ali concebido apenas como uma passagem sucessiva de diversos momentos. A unidade que constitui o múltiplo é uma unidade formal da consciência na síntese do diverso da representação⁸⁸. Esta unidade pura é pressuposta em todos os dados da sensibilidade e na formação de qualquer representação. Neste sentido, esta unidade serve como princípio *a priori* para os conceitos, assim como para o diverso do espaço e do tempo das intuições da sensibilidade. Como resume Kant nesta passagem:

A imaginação é, portanto, também uma faculdade de síntese *a priori* e é por isso que lhe damos o nome de imaginação produtora e, na medida em que, relativamente a todo o diverso do fenômeno, não tem outro fim que não seja a unidade necessária na síntese desse fenômeno, pode chamar-se função transcendental da imaginação. Ainda que pareça estranho, resulta claro do precedente, que apenas mediante esta função transcendental da imaginação se tornam mesmo possíveis a afinidade dos fenômenos, com ela a associação e, por esta última, finalmente, a reprodução segundo leis,

⁸⁶ CRP, * A 117

⁸⁷ CRP, A 118.

⁸⁸ Cf. CRP, A 105.

por conseguinte, a própria experiência, porque sem ela não haveria jamais nenhuns conceitos de objetos na experiência⁸⁹

É notável a importância da imaginação na Dedução subjetiva de 1781, na qual Kant lhe atribui a função até mesmo de fornecer uma síntese em que a apercepção transcendental tem que reportar-se como uma condição *a priori* da possibilidade da formação do diverso num conhecimento. Conferir à imaginação este ato sintético significa colocar sobre ela a responsabilidade de elaborar a unificação de todo o conhecimento. Ou seja, o entendimento não poderia dar regras à natureza sem a imaginação, que além de fornecer a síntese de todo o conhecimento, articula as faculdades do mesmo, a saber, sensibilidade e entendimento, como postula Kant:

Mediante esta faculdade, ligamos o diverso da intuição, por um lado, com a condição da unidade necessária da apercepção pura, por outro. Os dois extremos, a sensibilidade e o entendimento, devem necessariamente articular-se graças a esta função transcendental da imaginação, pois de outra maneira ambos dariam, sem dúvida, fenômeno, mas não objetos de conhecimento empírico e, portanto, experiência alguma⁹⁰.

Até aqui foi possível perceber o papel da imaginação enquanto aquela faculdade que fornece a síntese necessária de todo o conhecimento. E, de fato, Kant já tentava definir isto no § 10, quando o filósofo classificou os três elementos fundamentais para o conhecimento, a saber, o diverso da intuição *pura*, a síntese desse diverso pela imaginação e a *unidade* desta síntese pelo entendimento. Poderíamos pensar que a imaginação agiria aqui apenas como um elemento intermediário entre o primeiro e o terceiro elemento e, deste modo, Kant apenas relacionaria cada elemento com uma faculdade; o diverso da intuição com a sensibilidade, a síntese com a imaginação e a unidade com o entendimento. Porém, isso não acontece, pois a imaginação agirá diretamente nos três elementos do conhecimento, uma vez que, como vimos, sua síntese atua em todo processo deste⁹¹. A síntese, no entanto, necessitará de uma unidade que só o conceito poderá fornecer, a qual cabe ao entendimento operar⁹². Serão, pois, os conceitos puros do entendimento, *categorias*, que encerrarão a unidade necessária da síntese pura da imaginação, relativamente a todos os fenômenos possíveis⁹³. O

⁸⁹ CRP, A 123.

⁹⁰ CRP, A 125.

⁹¹ LONGUENESSE (2000, p. 35) analisa que cada elemento onde a síntese está presente (apreensão, reprodução e reconhecimento) são representações e não faculdades executando três sínteses diferentes.

⁹² Cf. CRP, A 78 B 103.

⁹³ Cf. CRP, A 119.

entendimento, portanto, reportar-se-á a todos os objetos dos sentidos, mais especificamente às intuições destes e à síntese que opera a imaginação, como dados de uma experiência possível. Há, portanto, nessa última síntese, uma representação necessária e universal (conceito) sobre a multiplicidade apreendida e reproduzida.

A síntese que opera a imaginação na reconhecimento é guiada, neste sentido, pelos conceitos e repousa sobre uma unidade sintética e *a priori*. Isto é, somente por meio do entendimento é que a síntese da imaginação irá adquirir uma unidade conceitual, tornando-se assim uma síntese necessária para o processo do conhecimento. Antes desta unidade a imaginação operava apenas em um nível pré-conceitual⁹⁴. Desta forma, a síntese da imaginação sem os conceitos puros do entendimento ficaria sempre à deriva, assim como os conceitos sem a *apreensão* e sem a *reprodução* dos objetos seriam conceitos vazios e, deste modo, sem sentido algum. Portanto, na Dedução subjetiva da primeira edição, Kant irá tratar da síntese operada pela imaginação, que tem como princípio a espontaneidade do pensamento, pois, caso contrário, se caracterizaria apenas como uma associação empírica entre as representações e não uma relação *a priori* e necessária.

Até neste ponto, analisamos passo a passo os modos sintéticos descritos por Kant na Dedução subjetiva da primeira edição da CRP. Cabe-nos, agora, investigar, embora brevemente, a forma como Kant examinou a união e o encadeamento destes modos sintéticos no decorrer da Dedução. Isto ocorre na terceira seção, intitulada: *Da relação do entendimento aos objetos em geral e da possibilidade de se conhecerem a priori*⁹⁵.

Logo no início da sua exposição na terceira seção, Kant ratifica o que foi exposto na seção anterior, ou seja, o filósofo faz um breve resumo sobre os modos sintéticos do conhecimento. Conclui que há três fontes subjetivas do conhecimento: os *sentidos*, a *imaginação* e a *apercepção*. Sobre tais fontes repousam a possibilidade de uma experiência em geral e o conhecimento dos objetos dessa experiência. Como foi observado no capítulo anterior, cada um destes aspectos subjetivos têm um caráter empírico, no que diz respeito a sua aplicação nos fenômenos, e uma característica *a priori*, que torna possível esse próprio uso

⁹⁴ Cf. LONGUENESSE, 2000, p. 64.

⁹⁵ Para alguns comentadores, como, Pippin (1982), Paton (1973) e Longuenesse (2000), a *terceira seção* abre a parte objetiva da Dedução na edição A da CRP.

empírico. Desta forma, são os *sentidos* que representam de maneira empírica os fenômenos na *percepção*; a *imaginação*, por sua vez, na *reprodução*; e, por fim, a *apercepção* na *consciência empírica* da identidade dessas representações, portanto, na *reconhecimento*⁹⁶.

Cada um destes elementos (*percepção*, *reprodução* e *consciência empírica*) possui um fundamento *a priori*. A *percepção* tem como fundamento a intuição pura; a *reprodução*, a *síntese* pura da imaginação; e a *consciência empírica*, a *apercepção* pura, ou seja, a identidade consigo mesma em todas as representações possíveis. A análise de Kant segue em direção contrária a da seção anterior. Ao invés de partir da formação das representações e relacioná-las com os respectivos tipos de síntese, Kant iniciará seu exame pela *apercepção* pura⁹⁷. Parte-se então da necessidade de uma *consciência a priori* da identidade contínua de nós mesmos, em referência a possibilidade de todas as nossas representações. Isto se deve ao fato de que essas representações só são alguma coisa para o sujeito se as mesmas pertencerem a uma *consciência* una, sobre a qual estão ligadas. Neste sentido, “todas as representações têm uma relação necessária com a *consciência empírica* [...], se assim não fosse, seria completamente impossível ter *consciência* delas; isto seria o mesmo que dizer que não existiriam”⁹⁸. Contudo, ainda que a *consciência empírica* seja um pressuposto para a ligação das representações, esta deve ter uma relação necessária com uma *consciência* transcendental, a saber, “a *consciência* de mim próprio como *apercepção* originária”⁹⁹.

Kant designará a necessidade de uma *consciência* una como: o *princípio transcendental da unidade*¹⁰⁰, sobre o qual repousa todo o diverso das nossas representações. Tal unidade do diverso é sempre sintética. Deste modo, o *princípio da unidade* do diverso em toda a intuição possível é fornecido pela *apercepção* pura. Esta unidade sintética deve admitir como pressuposto uma *síntese*, que necessariamente tem de ser *a priori*. A *síntese*, pela qual a *unidade transcendental da apercepção* deve recorrer, é a *síntese* produtiva da imaginação. Podemos notar que tal *síntese* produtiva é anterior a própria *apercepção* transcendental, tornando-

⁹⁶ CRP, A 115.

⁹⁷ CRP, A 116.

⁹⁸ CRP, nota de A 117.

⁹⁹ CRP, A 117.

¹⁰⁰ CRP, A 117.

se assim o fundamento da possibilidade de todo o conhecimento¹⁰¹. Feita tal análise do encadeamento destas representações para a formação do conhecimento no início da parte objetiva da Dedução A, vejamos como, de fato, a Dedução B possui algumas semelhanças e diferenças em relação a sua primeira versão de 1781.

¹⁰¹ CRP, A 118.

3 A IMAGINAÇÃO NA EDIÇÃO B DA CRP

3.1 Introdução ao segundo capítulo

No capítulo anterior observamos que a imaginação fora tratada por Kant na edição A como a faculdade que tem como principal função exercer sua síntese na formação das representações. Agora, investigaremos possíveis semelhanças e diferenças entre tal Dedução e a segunda versão desta, elaborada por Kant em 1787. Como foi possível notar, Kant distinguiu duas Deduções na primeira edição da CRP, uma chamada de objetiva e a outra de subjetiva. Enquanto a primeira deveria expor e tornar compreensível o valor objetivo dos conceitos *a priori*, a segunda teria por objetivo mostrar *como* é possível a própria faculdade de pensar.

Na segunda edição da CRP, Kant abandona tal divisão e deixa, por assim dizer, aquilo que caracterizava o aspecto subjetivo da Dedução. Ainda que possamos encontrar certos elementos de tal caráter subjetivo da primeira edição na segunda versão da Dedução, só podemos falar de uma perspectiva subjetiva propriamente dita na edição A. Deste modo, a diferença mais perceptível entre a edição A e a edição B da CRP diz respeito à redução do aspecto subjetivo da Dedução na edição B da referida obra. Assim, na Dedução B, Kant retira a segunda seção presente na edição A, que corresponde ao aspecto subjetivo, o qual analisamos em nosso primeiro capítulo. Neste sentido, como é possível compreender o papel da imaginação na Dedução B sem a presença marcante de tal aspecto, uma vez que os modos sintéticos (apreensão, reprodução e reconhecimento) são esclarecidos na parte subjetiva da Dedução? ¹⁰². Ao longo de nossa exposição sobre a Dedução B, veremos que, apesar de haver uma diminuição das funções que cabem à imaginação, esta faculdade ainda terá um papel fundamental na constituição do conhecimento.

Um ano antes de reelaborar o capítulo da Dedução na segunda edição da CRP, Kant já dava indícios, na obra *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786), sobre algumas mudanças que poderiam surgir. Logo no prefácio desta obra, afirma o filósofo que é possível:

¹⁰² Segundo BROOK (1994, p. 213), na segunda versão da Dedução, Kant descreverá a síntese em traços muito mais amplos. Ele nos falará de uma “síntese do múltiplo”, que presumivelmente, inclui todos os modos sintéticos.

provar *que* as categorias [...] não podem ter nenhum outro uso exceto apenas em relação aos objetos da experiência (porque só nesta torna possível a forma de pensar), então, a resposta à questão de saber *como* é que elas a tornam possível, é certamente assaz importante para levar a cabo, se possível, esta dedução, mas de nenhum modo *necessária* [...]. Com este propósito, pois, a dedução é já levada bastante *longe* quando mostra que essas categorias são simples formas do juízo enquanto se aplicam a intuições¹⁰³.

Podemos perceber que o destaque dado por Kant, no que diz respeito à Dedução transcendental reescrita um ano depois (1787), não se importará tanto em saber o *como* da questão. Isto porque, esta Dedução deveria se ocupar principalmente em mostrar *que* as categorias são condições de possibilidade da experiência. Não mostrar o *como* da questão, ou seja, não examinar a possibilidade da faculdade do entendimento em si mesmo, significa, de certa maneira, desconsiderar o lado subjetivo da Dedução transcendental exposto na primeira edição. Neste sentido, não está mais em questão na Dedução B saber *como* o sujeito chegará a uma unidade sintética *a priori* que, como vimos, seria por meio do processo de formação de sínteses: apreensão, reprodução e reconhecimento. A preocupação de Kant estará em torno da questão da validade objetiva do conhecimento, o que não aparecia tão fortemente no início da Dedução A.

Contudo, não podemos esquecer que tal pensamento de Kant em enfatizar o aspecto objetivo da Dedução transcendental já era referido por ele no próprio prefácio da edição A da CRP. Ali, mencionava o filósofo: “se a minha dedução subjetiva não lhe tiver criado a inteira convicção que espero, a dedução objetiva, que aqui me importa principalmente, conserva toda a sua força”¹⁰⁴. Desta forma, esta já era uma concepção antiga de Kant, que só seria concretizada definitivamente seis anos mais tarde, na segunda versão da Dedução transcendental. Passemos agora a analisar a argumentação de Kant na segunda versão da Dedução transcendental que, devido a sua complexidade e sua importância central na obra, foi um dos motivos que levaram o filósofo a reescrever uma segunda versão.

¹⁰³ KANT, PM, xvii, nota de rodapé.

¹⁰⁴ CRP, A XVII

3.2 A Dedução transcendental na edição B da CRP

Muitos comentadores¹⁰⁵ de Kant concordam que a Dedução transcendental da edição B da CRP pode ser dividida em duas partes: o primeiro ponto seria formado a partir do § 15 ao § 20; já o segundo, começaria no §21 e terminaria no § 27. O objetivo de Kant na primeira parte seria concluir que as intuições sensíveis estão submetidas às categorias, nas quais unicamente o diverso destas intuições podem se reunir numa consciência. Já a finalidade da segunda parte, seria provar que a síntese, enquanto àquela que torna possível à própria percepção, está sempre submetida às categorias¹⁰⁶.

A primeira característica em comum que podemos traçar entre estas duas dimensões é o fato de que tanto na primeira quanto na segunda parte, Kant começa do diverso da intuição para mostrar que este está submetido a uma determinada síntese. Logo no início do § 15, diz Kant: “O diverso das representações pode ser dado numa intuição [...] a ligação de um diverso em geral não pode nunca advir-nos dos sentidos [...] porque é um ato do entendimento a que aplicaremos o nome de síntese”¹⁰⁷. E também no começo do § 20 Kant afirma: “O dado do diverso numa intuição sensível está submetido necessariamente à unidade sintética originária”¹⁰⁸.

Kant abre o § 15 da Dedução B apresentando a tese da necessidade da ligação de nossas diversas representações para que seja possível o conhecimento. Esta ligação não pode partir dos sentidos, uma vez que estes não produzem representações, apenas as recebem e, assim sendo, não são capazes de ligarem as representações por eles mesmos¹⁰⁹. Ou seja, as intuições puras de espaço e tempo não possibilitam a ligação de um múltiplo em geral, pois esta ligação não advém de algo dado ou intuído. Tanto a parte formal da sensibilidade, as intuições de espaço e tempo, quanto à parte material, as intuições empíricas dadas sensivelmente, são excluídas como geradoras deste conceito de ligação. Neste sentido, a tese de Kant sobre tal ligação deve ter como princípio um ato espontâneo, originado na capacidade de representação do sujeito. Isto é, toda ligação, quer seja do diverso

¹⁰⁵ Buroker (2006); Pippin (1982); Paton (1973).

¹⁰⁶ Segundo Buroker (cf. 2006, p. 116), a dificuldade que se encontra aqui é justamente a de fazer uma conexão entre estas duas partes

¹⁰⁷ CRP, B 130.

¹⁰⁸ CRP, B 143.

¹⁰⁹ Há, aqui, um primeiro afastamento em relação a versão A da Dedução, uma vez que Kant atribuía certa capacidade de ligação aos sentidos, como observamos em nosso primeiro capítulo o papel da *sinopse*.

intuído ou de vários conceitos, será um ato do entendimento, e Kant designará com o nome de *síntese*¹¹⁰. Isto significa que toda ligação é realizada pelo próprio sujeito e nunca pode ser iniciada pelos próprios objetos, pois: “onde o entendimento nada ligou previamente, também nada poderá desligar, porque só *por ele* foi possível ser dado algo como ligado à faculdade de representação”¹¹¹. Neste sentido, toda decomposição de elementos numa dada série, o que Kant designa como *análise*, sempre pressupõe uma síntese.

Kant já havia atribuído à imaginação o papel de síntese em geral no § 10 da Dedução de ambas as edições da CRP. No atual contexto da Dedução B, ao contrário, há uma conformidade entre ligação e síntese, sendo ambos provenientes da capacidade espontânea de representação. Contudo, como veremos mais adiante, devemos considerar que tanto o papel do entendimento quanto o da imaginação são indispensáveis no ato de ligação ou síntese do múltiplo em geral presente na Dedução B¹¹². Este conceito de ligação possibilita a representação de um objeto e leva em consideração uma unidade sintética *a priori*, que lhe antecede. Unidade esta que não pode ser confundida com a categoria da unidade, uma vez que esta já a pressupõe. A preocupação primeira de Kant, portanto, está em estabelecer o princípio do conceito de ligação, que será necessário para a representação de objetos¹¹³. O fim do § 15 indica que Kant, pelo menos num primeiro momento, está pensando apenas no aspecto lógico do entendimento. Como afirma o filósofo: “temos, pois, que buscar essa unidade [...] mais alto ainda [...] no que já contém o fundamento da unidade de conceitos diversos nos juízos e [...] da possibilidade do entendimento em seu uso lógico”¹¹⁴.

No § 16 Kant investigará o terreno da unidade desta síntese, que será a unidade da consciência do sujeito, uma vez que é este que concebe as representações do múltiplo da intuição como pertencendo a ele mesmo. Ou seja, a autoconsciência tem uma referência necessária a uma representação que deve

¹¹⁰ CRP, B 130.

¹¹¹ CRP, B 131.

¹¹² Segundo Longuenesse (2000, p. 63), a síntese descrita por Kant no § 15 da Dedução B como um produto do entendimento possui o mesmo pressuposto da síntese de imaginação, na medida em que ambas estão submetidas a uma unidade transcendental da apercepção.

¹¹³ A mesma preocupação em estabelecer a necessidade da ligação das diversas representações já se encontrava no início da Dedução subjetiva em A. Ali, afirmava Kant (2010, A 97): “se qualquer representação particular fosse completamente alheia às demais, se estivesse como que isolada e separada das outras, nunca se produziria alguma coisa como o conhecimento, que é um todo de representações *comparadas e ligadas*”.

¹¹⁴ CRP, B 131.

poder acompanhar todas as representações deste mesmo sujeito. A esta representação da unidade da consciência, Kant chamará de *eu penso*. Este *eu penso* é interpretado como uma consciência originária do sujeito que está presente em todo ato sintético que este executa. Neste sentido, é mediante essa representação *eu penso* que o sujeito torna-se consciente de todas as representações a serem sintetizadas enquanto pertencentes a ele mesmo. Como este *eu penso* tem a característica de reconhecer as suas representações e ser comum a toda síntese, é considerado um ato *espontâneo* do sujeito, isto é, não é produzido pela sensibilidade (passiva).

É consolidado, no contexto atual, que tudo o que for representação, deve poder ser conduzido pelo *eu penso*, ou seja, deve poder ser pensado por um sujeito, no caso, o sujeito transcendental, como sendo representação *sua*. Isto significa que o sujeito, agora, toma consciência de si na medida em que sintetiza as representações. Essa representação *eu penso* é produzida pela *apercepção pura*, “que é una e idêntica em toda a consciência e não pode ser acompanhada por nenhuma outra” ¹¹⁵. A *unidade transcendental* da autoconsciência é o pressuposto para designar a possibilidade de todo o conhecimento *a priori*¹¹⁶. Neste sentido, tal *unidade transcendental* é um pressuposto indispensável para a ligação originária das diversas representações, uma vez que estas representações “não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência” ¹¹⁷. A ligação, sobre a qual Kant ainda não havia determinado seus atributos no § 15, será agora dimensionada a uma síntese de representações numa consciência. Ou seja, neste momento, há uma tomada de consciência por parte do sujeito, representado pelo *eu penso*.

Após estabelecer o que seria a representação *eu penso* e como a mesma é produzida, Kant segue sua argumentação levando em consideração, agora, a identidade da consciência nas representações. Pode-se dizer que a representação *eu penso* também garante essa identidade, uma vez que esta, além de sintetizar diversas representações, sempre permanece a mesma. Essa identidade da consciência nas representações diz respeito à unidade *analítica* da *apercepção*, a qual, segundo Kant, “só é possível sob o pressuposto de qualquer unidade *sintética*”

¹¹⁵ CRP, B 132.

¹¹⁶ CRP, B 132.

¹¹⁷ CRP, B 132.

¹¹⁸. Neste sentido, a unidade *analítica*, ou seja, a identidade da consciência, só é realizada a partir da possibilidade da unidade *sintética* das representações, no sentido de que todas estas representações são suscetíveis de serem acompanhadas e sintetizadas pelo *eu penso*. Assim, o § 16 assegura que todas as representações de um múltiplo de uma intuição estarão sempre submetidas à unidade sintética da apercepção¹¹⁹. Como esta apercepção não é derivada de nenhuma outra instância ela será caracterizada pelo seu aspecto *originário* no conhecimento. Não se trata, neste sentido, de uma consciência particular do filósofo, sua unidade, identidade e originalidade são atributos válidos a todos os sujeitos.

Longuenesse defende nestes dois parágrafos do início da Dedução B, o § 15 e o § 16, uma retomada da Dedução subjetiva, presente na primeira edição. Segundo sua interpretação, a finalidade de Kant nestas respectivas sessões é demonstrar *como* o múltiplo dado *a priori* na sensibilidade é possível através de uma unidade sintética *a priori*. Ou seja, a preocupação primeira de Kant é em estabelecer *como* se daria a ligação entre estas duas dimensões¹²⁰. Neste sentido, estes dois parágrafos ainda resguardariam o aspecto subjetivo da Dedução apresentada em A.

Estabelecido que as representações do múltiplo de uma intuição estão submetidas a uma unidade sintética *a priori*, Kant argumenta no § 17 sobre a necessidade destas representações serem reunidas num conceito de objeto. Segundo Kant: “o *objeto* é aquilo em cujo conceito está *reunido* o diverso de uma intuição dada”¹²¹. Aqui, a noção de objeto liga-se à unidade sintética originária. O que está em jogo, neste momento, é estabelecer que o princípio supremo da possibilidade de toda a intuição é que todo o diverso deve ser submetido às condições da unidade sintética originária da apercepção¹²². Neste sentido, somente pela *ligação* numa consciência é que o múltiplo dado pode ser *pensado*. Já vimos que tal ligação não pode ser obtida pela percepção, logo, cabe ao entendimento a capacidade de *ligar a priori* e submeter o diverso das representações à unidade da apercepção. Assim:

O primeiro conhecimento puro do entendimento, sobre o qual se funda todo o seu restante uso, e que é também totalmente independente de todas as

¹¹⁸ CRP, B 133.

¹¹⁹ CRP, B 150.

¹²⁰ LONGUENESSE. 2000, p. 59-70.

¹²¹ CRP, B 137.

¹²² CRP, B 136.

condições da intuição sensível, é, pois, o princípio da unidade originária *sintética* da apercepção¹²³.

As intuições puras de espaço e tempo oferecem ao sujeito apenas o diverso da intuição *a priori* para um conhecimento possível. Contudo, para que seja possível o conhecimento de alguma coisa no espaço é necessário obter sinteticamente uma ligação determinada do diverso apreendido. Para demonstrar tal relação, Kant apresenta o exemplo de uma linha. Para conhecer esta, é preciso *traçá-la*, ou seja, aplicar uma ligação sintética que a determine enquanto tal. Deste modo, a unidade sintética da consciência confere uma condição objetiva pra todo o conhecimento, uma vez que toda a intuição deve estar submetida a ela para que seja possível algo se tornar objeto *para mim*, porque sem esta *síntese* o diverso *não se uniria* numa consciência¹²⁴. O § 17 estabelece, portanto, a relação da objetividade do conhecimento com a unidade da apercepção, com o *eu penso* e, por conseguinte, com a faculdade do entendimento.

3.3 Unidade objetiva e subjetiva

No § 18, há uma distinção entre dois tipos de unidade da consciência: a unidade *objetiva* e a unidade *subjetiva*. O caráter objetivo diz respeito à argumentação de Kant nos parágrafos anteriores, ou seja, há uma identificação entre unidade objetiva e unidade originária da apercepção. Já a dimensão subjetiva da unidade da consciência tem uma relação com o que é dado empiricamente por meio da intuição. Por se ligar a condições empíricas esta tal unidade da consciência terá um caráter contingente, ou seja, não terá um valor necessário e universal em relação ao que é dado. Sendo assim, as dimensões da unidade da consciência fazem conexões de representações de maneira distinta.

Neste momento, podemos perceber a diferença entre a síntese da imaginação e a síntese realizada pelo entendimento estabelecida por Kant ainda no §10. Lá, afirmava Kant que: “a síntese em geral é [...] um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, [...] mas da qual muito raramente temos consciência”¹²⁵. Nesta síntese ainda não operava uma determinação conceitual, pertencendo então apenas a uma unidade *subjetiva* da

¹²³ CRP, B 138.

¹²⁴ CRP, B 138.

¹²⁵ CRP, B 103.

consciência, ou seja, este tipo de síntese faria apenas associações entre as representações. Cabe ao entendimento, por meio de seus conceitos puros, conferir unidade às diversas representações, ou melhor, proporcionar uma unidade *objetiva*. Desta maneira, a atividade sintética do entendimento faz uma relação *necessária* entre a unidade transcendental da apercepção e a unidade de uma dada intuição, de modo que seja possível a representação de um objeto.

O § 19 serve para esclarecer de que maneira se dá esta relação entre a unidade transcendental da apercepção e a unidade de uma dada intuição. A relação das representações *no* juízo não é possível sem a unidade da apercepção transcendental. Ou seja, a unidade transcendental da apercepção, na qual o sujeito é consciente da possibilidade de uma síntese do múltiplo, representa no juízo a sua determinação objetiva na síntese. Kant volta a mencionar a distinção entre unidade *objetiva* e unidade *subjetiva* apresentada no § 18. Segundo o filósofo: “a função que desempenha a cópula é nos juízos visa distinguir a unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva” ¹²⁶. Tal cópula não funciona, aqui, apenas como uma separação entre sujeito e predicado, esta representa a relação das diversas representações à apercepção originária e à sua *unidade necessária*. É por meio de atos judicativos que o múltiplo intuído é remetido à unidade objetiva da apercepção. Como afirma Kant: “um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade *objetiva* da apercepção conhecimentos dados” ¹²⁷. Deste modo, a função de objetividade do entendimento para com o conhecimento apóia-se em dirigir representações dadas intuitivamente ao conceito de um objeto através de juízos.

Os §§ 19 e 20 funcionam como um resumo geral do que foi visto até então. Podemos dividi-los em três partes principais para o que vai se seguir. Primeiro, que ficou estabelecido que a unidade do múltiplo de uma intuição em geral só é possível devido à unidade originária da apercepção (§ 17). Segundo, que a função dos juízos é correspondente à unidade da apercepção, sob a qual todas as representações estão submetidas (§ 19). Terceiro, numa intuição dada, também o múltiplo está necessariamente sob categorias (§ 13) ¹²⁸.

Desta maneira, as categorias (conceitos puros do entendimento) são dotadas de validade objetiva, uma vez que será por meio delas que é possível

¹²⁶ CRP, B 141-142.

¹²⁷ CRP, B 141.

¹²⁸ Cf. CRP, B143.

conceber a unidade do múltiplo de uma intuição dada. Tal unidade será representada como objetiva por conta de sua relação com a unidade transcendental da apercepção. Para Kemp Smith¹²⁹, o papel principal da Dedução transcendental das categorias teria seu fim no § 20. Isto se deve ao fato de que será até este parágrafo que Kant provará que as categorias são conceitos puros dotados de validade objetiva, uma vez que estes permitem a relação da síntese das representações no juízo com a unidade transcendental da apercepção. Podemos perceber, até este momento, que Kant não mencionou nenhuma relação com a faculdade de imaginação, o que leva muitos intérpretes da filosofia kantiana a argumentar que na segunda edição da CRP, Kant diminui o papel que havia sido dado a imaginação na primeira edição. Todavia, pretendemos mostrar que os parágrafos seguintes serão de suma importância tanto para a compreensão da faculdade de imaginação - uma vez que Kant tratará desta faculdade especificamente no § 24 - quanto para a clareza total do capítulo da Dedução dos conceitos puros do entendimento como um todo.

3.4 Imaginação e Entendimento

A intenção de Kant a partir do § 21 é mostrar a validade das categorias em relação às intuições sensíveis. Trata-se, agora, de mostrar, não apenas que as categorias se referem a objetos *possíveis*, mas de determinar sua aplicação a objetos reais, levando em consideração suas condições empíricas. Para tanto, Kant argumenta sobre a *unidade da intuição*. Tal unidade, afirma Kant: “implica sempre uma síntese do diverso dado para uma intuição, e que contém já a relação desse último com a unidade da apercepção”¹³⁰. Neste sentido, a *unidade da intuição* está necessariamente submetida à atividade sintética do entendimento, o que prova a validade objetiva de tal síntese em relação a uma intuição dada. Apesar de Kant afirmar nos §§ 23 e 24 que as intuições puras de espaço e tempo e as intuições empíricas estão submetidas a determinação dos conceitos puros do entendimento, a prova destes argumentos só será concretizada nos §§ 24 e 26. Será justamente nestes parágrafos que Kant introduzirá o papel da faculdade de imaginação no capítulo da Dedução transcendental da segunda edição da CRP.

¹²⁹ Cf. 1987, p. 287.

¹³⁰ CRP, nota de rodapé de B 144.

Até o § 20, Kant procurou provar a legitimidade dos conceitos puros do entendimento e sua validade objetiva em relação a uma intuição em geral. Cabe determinar o objeto que, até aqui, possui apenas as *formas do pensamento*, sem realidade objetiva, pois: “só a *nossa* intuição sensível e empírica lhes pode conceder sentido e significação”¹³¹. Volta em questão a heterogeneidade entre a faculdade da sensibilidade e do entendimento. Enquanto a primeira é responsável apenas pela receptividade dos objetos dados, a segunda somente pode pensar tais objetos, de maneira alguma pode intuí-los. Contudo, para o conhecimento, são necessários estes dois elementos: primeiro o conceito, mediante o qual é pensado o objeto em geral e, em segundo lugar, a intuição, pela qual o diverso é dado¹³². Kant busca, neste contexto, considerar o objeto não apenas em seu sentido lógico, como meras formas do pensar, mas no sentido de especificar sua relação com a intuição sensível na constituição do pensamento. Deste modo, o conhecimento não depende apenas da unidade da apercepção e das categorias do entendimento, mas também de nossas intuições aplicadas a estas condições.

Neste contexto, Kant introduz a síntese transcendental da imaginação como uma atividade que possibilitará a mediação entre as categorias puras do entendimento e as intuições puras de espaço e tempo. A imaginação assumirá um duplo aspecto: ora ela se relacionará com a faculdade da sensibilidade e, em outro momento, com a faculdade do entendimento. Num primeiro instante, a síntese da imaginação tem sua atividade regulada pelo entendimento. Este, como espontaneidade, determina o sentido interno (passivo) de acordo com a unidade sintética da apercepção. Ou seja, o entendimento, através da síntese transcendental da imaginação, pode pensar *a priori* a unidade sintética da apercepção do diverso da intuição sensível¹³³. Será, pois, por meio da síntese figurada (*speciosa*) da imaginação que as representações de espaço e tempo poderão ser determinadas. É assim que “as categorias, simples formas do pensamento, adquirem realidade objetiva, isto é, uma aplicação aos objetos que nos podem ser dados na intuição”¹³⁴.

A segunda descrição sobre a imaginação na segunda versão do capítulo da Dedução é: “a imaginação é a faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a*

¹³¹ CRP, B 149.

¹³² CRP, B 146.

¹³³ CRP, B 151.

¹³⁴ CRP, B 151.

presença deste na intuição”¹³⁵. Nesta definição, Kant atenta para a dimensão da imaginação voltada para as intuições sensíveis e, neste sentido, ela pertenceria à sensibilidade. Todavia, sua síntese também é relacionada à espontaneidade¹³⁶, que é determinante, e não apenas, como o sentido, determinável¹³⁷. Portanto, a faculdade de imaginação, de *conformidade com as categorias*, determina *a priori* a sensibilidade¹³⁸. Assim, a faculdade de imaginação trabalha a partir das regras do entendimento, não sendo consciente de sua própria atividade. Como Kant já havia colocado no § 10, a imaginação é uma faculdade “cega”, embora indispensável da alma, sem a qual de modo algum teríamos consciência¹³⁹. Inicia-se¹⁴⁰, neste contexto, a primeira parte da atividade da imaginação enquanto mediadora do conhecimento, uma vez que ela se encontrará tanto na sensibilidade quanto no entendimento.

É através da atividade sintética da imaginação transcendental que podemos relacionar os conceitos puros do entendimento com os dados da nossa intuição. Segundo Paton¹⁴¹, a faculdade de imaginação seria “o entendimento atuando em um nível inferior”, visto esta sustentada pelo fato de Kant afirmar que a imaginação é apenas “um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento [...] a objetos da intuição possível para nós”¹⁴². A consequência dessa síntese da imaginação em relação com as intuições dadas da sensibilidade é a formação de um tempo único. Ou seja, os conceitos puros do entendimento terão a primeira relação com as intuições por meio da unificação do tempo.

Neste sentido, esta atividade da imaginação deve ser pressuposta ou pelo menos incluída no que diz respeito à unidade sintética do múltiplo, uma vez que sua síntese possibilita ligar diversas representações por meio da unificação das intuições

¹³⁵ CRP, B 151.

¹³⁶ “Na medida em que a imaginação é espontaneidade, também por vezes lhe chamo imaginação *produtiva* e assim a distingo da imaginação *reprodutiva*, cuja síntese está submetida a leis meramente empíricas, as da associação, e não contribui, portanto, para o esclarecimento da possibilidade de conhecimento *a priori*, pelo que não pertence à filosofia transcendental, mas à psicologia” (B 152).

¹³⁷ Cf. CRP, B 151-152.

¹³⁸ CRP, B 152.

¹³⁹ Cf. CRP, A 78 B 103.

¹⁴⁰ Em nosso terceiro capítulo, veremos como a imaginação concretizará essa relação entre sensibilidade e entendimento através dos esquemas transcendentais.

¹⁴¹ Cf. PATON, 1973, p. 536.

¹⁴² CRP, B 152.

puras de espaço e tempo¹⁴³. As formas puras do entendimento, categorias, não podem dar unidade ao múltiplo intuído, pois necessitam da ajuda da imaginação para que possam ter uma intuição *determinada*. Como afirma Kant:

A apercepção e a sua unidade sintética são, pois, tão pouco idênticas ao sentido interno, que as primeiras, enquanto fonte de toda ligação, se dirigem, com o nome de categorias, ao diverso das *intuições em geral* [...] ao passo que o sentido interno, pelo contrário, contem a simples *forma* da intuição [...] não contendo nenhuma intuição *determinada*; esta só é possível [...] mediante o ato transcendental da imaginação [...] a que dei o nome de síntese figurada¹⁴⁴.

Ou seja, não podemos conceber um determinado conjunto de intuições como, por exemplo, a de uma cadeira, sem antes reuni-las na imaginação e, assim, poder sintetizá-las de acordo com o conceito de “cadeira”. Percebe-se, aqui, que a objetividade do conhecimento é uma das principais preocupações nessa nova redação da Dedução. Ao invés de Kant tratar de *como* se chegaria a uma unidade sintética do múltiplo que, como vimos, era tarefa da Dedução subjetiva na primeira edição, agora, o foco será dado à determinação da intuição por meio da síntese da imaginação, para que seja possível a objetividade do conhecimento. Quando as formas da intuição e conceitos puros do entendimento não são ligados, tem-se apenas meras formas do conhecimento, não constituindo, portanto, um conhecimento objetivo. Quando a forma pura da intuição é elevada a uma consciência, o que cabe a síntese da imaginação, tem-se uma intuição *determinada* e uma ligação através dos conceitos puros do entendimento.

Longuenesse¹⁴⁵ faz uma leitura do capítulo da *Estética transcendental* baseada na síntese figurada (*speciosa*). Para a autora, a exposição kantiana a respeito das formas da sensibilidade devem ser vistas como submetidas a uma síntese interna (*speciosa*). Síntese esta que, além de permitir a unidade das representações de espaço e tempo, permite a formação da unidade da intuição sensível¹⁴⁶. As intuições seriam concebidas, em um primeiro momento, como “formas da intuição”, as quais se referem apenas ao modo da receptividade do espaço e do tempo e, em um segundo momento, como “intuições formais”, nas quais já agiria a síntese da imaginação. Como se pode notar, o entendimento e a imaginação possuem uma relação estreita nesta Dedução B. Enquanto o

¹⁴³ Cf. PATON, 1973, p. 464-65.

¹⁴⁴ CRP, B 154.

¹⁴⁵ Cf. 2000, p.223- 225.

¹⁴⁶ Cf. LONGUENESSE. 2000, p. 216- 227.

entendimento determina o sentido interno, ou seja, a forma pura da intuição, este não o faz como uma faculdade de julgar ou como uma faculdade de regras, mas sim como condicionador da atividade sintética da imaginação. Como afirma Kant: “é uma e a mesma espontaneidade, que ali sob o nome de imaginação, aqui sob o nome de entendimento, promove a ligação no diverso da intuição”¹⁴⁷.

Como se viu, o § 24 visa uma aproximação entre entendimento e imaginação, uma vez que a espontaneidade da capacidade de representação, apresentada no § 15, pode ser dimensionada de duas maneira distintas, ora na síntese intelectual, ora na síntese figurada (*speciosa*). Na primeira, o objetivo de Kant seria a formação das categorias, almejando a possibilidade dos objetos *em geral*, porém, só poderiam as categorias formar conhecimento se referidas à sensibilidade. Assim, esta síntese não visa à determinação do objeto particular, pois sua atividade refere-se apenas a um múltiplo de uma intuição *em geral*. A segunda síntese (figurada) visa justamente à determinação do múltiplo sensível através da imaginação. Veremos no capítulo a seguir de que modo Kant concretiza essa síntese ao falar sobre os esquemas transcendentais.

¹⁴⁷ CRP, B nota de 163.

4 O ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL

4.1 Introdução à concepção de Esquemas

A título de ligação com este capítulo, podemos concluir três pontos fundamentais vistos até então. Primeiro, que o objetivo de Kant ao expor os modos sintéticos (apreensão, reprodução e reconhecimento) do conhecimento foi demonstrar a importância destes na validade objetiva das categorias, uma vez que os tipos de sínteses estão inseridos na Dedução transcendental das categorias. Segundo, que cada modo sintético terá uma relação com nosso sentido interno, o tempo. E, por fim, que a imaginação foi caracterizada pelo seu aspecto sintético. Este aspecto da imaginação produzirá o tema do nosso segundo capítulo, os Esquemas¹⁴⁸. O capítulo do Esquematismo transcendental tem como função aprofundar e detalhar o uso das categorias em relação aos fenômenos.

Kant já nos dava indícios do objetivo dos esquemas no capítulo da Dedução transcendental, como ele afirma no § 23: “não sei se pode haver uma coisa que corresponda à determinação do pensamento, se uma intuição empírica não me der o caso para a aplicação. Mas deste assunto trataremos mais adiante”¹⁴⁹. Este assunto de que fala Kant é justamente o capítulo posterior ao da Dedução transcendental, a saber, o Esquematismo transcendental, tema de nosso terceiro capítulo.

Logo após o capítulo da *Dedução transcendental*, Kant dá início ao segundo livro da *Analítica transcendental*, intitulado de *Analítica dos princípios*. Esta parte surgirá com uma tarefa específica dentro de sua filosofia, a saber, ser “um cânone para a *faculdade de julgar*, que lhe ensina a aplicar aos fenômenos os conceitos do entendimento, que contêm as condições das regras *a priori*”¹⁵⁰. Já nesta passagem inicial, Kant apresenta a questão que norteará o que vai se seguir, a saber, a aplicação das categorias do entendimento às intuições sensíveis. Neste novo quadro, Kant insere a chamada *capacidade transcendental da faculdade de julgar*, que será a capacidade do sujeito de submeter os casos particulares à legalização diante do universal, ou seja, de subsumir sob conceitos. Como o

¹⁴⁸ O capítulo referente aos esquemas não mudaram nada de uma edição à outra e por este motivo iremos explorá-lo detalhadamente como um ponto efetivamente presente no interior da CRP.

¹⁴⁹ CRP, B 149.

¹⁵⁰ Cf. CRP, A 132 B 171.

entendimento é definido por Kant como “a faculdade de regras”¹⁵¹, a faculdade de julgar surgirá como àquela responsável em discernir se algo está ou não subordinado a tais regras. Esta faculdade aparece como um “talento particular da alma humana” que diferencia aquele que apenas conhece as regras daqueles que sabem aplicá-las corretamente¹⁵². A *doutrina transcendental da faculdade de julgar* terá duas partes: a primeira será denominada de *Esquematismo transcendental*, onde Kant expõe os esquemas dos conceitos puros do entendimento; e a segunda, designada de *Princípios do entendimento puro*, versará sobre os juízos sintéticos que se seguem dos conceitos puros do entendimento sob a condição de esquemas. O principal objetivo deste capítulo é explicar a primeira parte desta divisão, a saber, a exposição referente aos esquemas.

A primeira parte de tal Doutrina, o *Esquematismo*, versará sobre aplicação dos conceitos puros do entendimento aos fenômenos. Tal aplicação é necessária para o conhecimento, uma vez que: “pensamentos sem conteúdos são vazios e intuições sem conceitos são cegas”¹⁵³. Nesta célebre passagem, Kant mostra claramente a interdependência entre as condições sensíveis (fornecida pela sensibilidade) e as condições intelectuais (adquiridas pelo entendimento) para a formação do conhecimento. A sensibilidade, que é compreendida como a faculdade receptiva da mente, ou seja, como àquela que possibilita uma “abertura” aos fenômenos de uma experiência possível, é sempre relacionada a um elemento dado na intuição. Em outras palavras, a sensibilidade é a faculdade pela qual o sujeito é afetado pelos objetos. Já o entendimento, será responsável por *pensar* esses objetos *dados* na intuição por meio de seus conceitos puros, as categorias. Isto significa que o conhecimento exige um componente intelectual e outro sensível, pois é “necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis às intuições (isto é, submetê-las aos conceitos)”¹⁵⁴. Contudo, põe-se o problema de como estabelecer uma ligação entre estas duas condições, visto que “estas duas capacidades ou faculdades não podem

¹⁵¹ “Ora, a representação de uma condição universal, segundo a qual um certo diverso pode ser posto, chama-se regra. Todos os fenômenos estão, pois, universalmente ligados e, por conseguinte, numa *afinidade transcendental*, da qual a *afinidade empírica* é mera consequência” (CRP A 113/114).

¹⁵² Kant mostra já no início de sua exposição sobre a capacidade de julgar a importância que esta deve ter na formação do conhecimento, uma vez que “A carência de faculdade de julgar é propriamente aquilo que se designa por estupidez e para semelhante enfermidade não há remédio” (CRP, nota de rodapé A 134 B 173).

¹⁵³ Cf. CRP, A 51 B 75.

¹⁵⁴ CRP, A 51 B 75.

permutar as suas funções”¹⁵⁵. Ou seja, o entendimento não pode intuir nenhum objeto e a sensibilidade nada pode fazer para pensá-los.

Ora, isto será uma tarefa específica para a filosofia transcendental que “tem a particularidade de, além da regra [...] que é dada no conceito puro do entendimento, poder indicar, simultaneamente, *a priori*, o caso em que a regra deve ser aplicada”¹⁵⁶. Dito isto, os conceitos puros do entendimento devem ser aplicados aos objetos dados na intuição, posto que se isto não fosse possível, estes conceitos seriam meras formas lógicas, sem qualquer conteúdo.

No § 24 da Dedução transcendental, intitulado *Da Aplicação das categorias a objetos dos sentidos em geral*, Kant já apresentava os primeiros indícios de uma possível ligação dos conceitos puros do entendimento com as intuições sensíveis a partir da síntese transcendental da imaginação. Nesta seção, Kant se questionava a respeito de como seria possível o vínculo entre as intuições sensíveis (que assentam na sensibilidade) e as categorias (que repousam no entendimento). Com efeito, Kant distinguiu no referido parágrafo duas espécies de síntese, a figurada e a intelectual. Afirma Kant:

A síntese do diverso da intuição sensível, que é possível e necessária *a priori*, pode denominar-se *figurada (synthesis speciosa)*, para a distinguir da que, em relação ao diverso de uma intuição em geral, seria pensada na simples categoria e se denomina síntese do entendimento (*synthesis intellectualis*)¹⁵⁷.

A síntese figurada, também chamada de *síntese transcendental da imaginação*, é o meio pelo qual as simples formas do pensamento, categorias, “adquirem então uma realidade objetiva, isto é, uma aplicação aos objetos que nos podem ser dados na intuição”¹⁵⁸. Tal síntese é considerada o meio pelo qual o entendimento se remete a objetos sensíveis. Kant chama esta síntese de “figurada” para evidenciar a sua ligação com os dados sensíveis e, desta maneira distingui-lá da síntese intelectual. Esta última não terá vínculo algum com a capacidade de imaginação, uma vez que será processada apenas pelo entendimento. Ora, admitir que Kant já tivesse mencionado sobre a possível aplicação das categorias aos fenômenos já no capítulo da *Dedução transcendental*, poderia nos vir à mente que o capítulo do Esquematismo seria desnecessário frente à referida parte da Dedução.

¹⁵⁵ CRP, A 52 B 76.

¹⁵⁶ CRP, A 136 B 175/176

¹⁵⁷ CRP, B 152.

¹⁵⁸ CRP, B 151/152

Baseado em algumas passagens deste § 24 que Kemp Smith¹⁵⁹ irá declarar que o capítulo do Esquematismo não tratará de um problema legítimo e, deste modo, o argumento de Kant sobre um terceiro termo, mediador entre conceitos e intuições, seria supérfluo no interior da obra¹⁶⁰.

Segundo outro viés de interpretação, o capítulo do Esquematismo trataria de uma nova e importante tarefa, o que não resultaria que o capítulo da Dedução transcendental se tornasse supérfluo. Como aponta Allison,¹⁶¹ a Dedução transcendental prova de maneira geral a realidade objetiva das categorias no sentido em que estas devem ter necessariamente uma referência aos objetos da intuição sensível. Contudo, a Dedução não apresenta as condições específicas sob as quais isto é possível. Seguindo a mesma linha de interpretação, Buroker¹⁶² declara somente no capítulo do esquematismo que Kant listará cada categoria a uma forma de esquema específico, o que para ele já seria uma prova suficiente da importância deste capítulo. O próprio Kant, nos *Prolegômenos* caracteriza a Doutrina do esquematismo como importante e totalmente imprescindível¹⁶³ para compreendermos o seu projeto *Crítico*. Neste sentido, nosso argumento aqui busca defender a legitimidade deste capítulo na CRP e a relação direta deste com a imaginação.

Portanto, demonstrar que Kant já teria tratado sobre esta aplicação das categorias aos objetos no referido § 24 da Dedução transcendental não prova a artificialidade do capítulo do Esquematismo. Realmente, Kant tratou desta possibilidade no referido parágrafo da Dedução, porém, o filósofo colocou essa questão apenas de maneira introdutória para o que iria se seguir. Uma prova disto é que Kant só apresentou exemplos concretos¹⁶⁴ da aplicação das categorias aos fenômenos no capítulo do Esquematismo e não anteriormente. Ou seja, o capítulo da Dedução prova *que* categorias devem ser aplicadas a dados sensíveis, porém não demonstra *como* elas devem ser aplicadas. Desta forma, demonstraremos que

¹⁵⁹ Cf. 1965, p. 335.

¹⁶⁰ Tal argumento é baseado também no que o próprio Kant afirma na seguinte passagem do capítulo do Esquematismo: “Vimos, com efeito, que [...] os conceitos puros e *a priori* devem ainda conter, além da função do entendimento na categoria, condições formais da sensibilidade (precisamente do sentido interno), que contêm a condição geral pela qual unicamente a categoria pode ser aplicada a qualquer objeto” (CRP, A 179 B 140).

¹⁶¹ Cf. 1992, p. 276.

¹⁶² Cf. 2006, p. 138.

¹⁶³ Cf. 1998, § 34.

¹⁶⁴ Ainda neste capítulo, veremos os exemplos que Kant apresenta em relação a cada categoria aplicada aos objetos da intuição.

os esquemas são indispensáveis no ato de relacionar conceitos com intuições sensíveis, visto que essa relação não é possível sem uma representação mediadora.

A imaginação foi caracterizada no capítulo anterior pelo seu aspecto sintético do conhecimento. Agora, iremos mostrar como esta característica irá propiciar a validade objetiva para as categorias do entendimento através dos esquemas transcendentais. No capítulo anterior é possível notar que a síntese, de maneira geral, fornece uma ligação sem a qual não seria possível o conhecimento e, deste modo, nem as intuições e nem os próprios conceitos puros do entendimento. Kant irá, agora, procurar uma validade objetiva para tais conceitos. Esta validade servirá para provar que os conceitos puros ou categorias têm um uso legítimo dentro de uma experiência possível. Ou seja, apenas com o capítulo da Dedução transcendental não era possível a formulação completa de uma adequação das categorias em relação aos fenômenos. As questões que pretendemos aqui responder podem ser resumidas em duas indagações gerais. A primeira seria: como pode se dá a unificação do múltiplo no particular, visto que sensibilidade e entendimento fazem parte de campos distintos, heterogêneos do conhecimento? Já a segunda, questionaríamos: o que faz a imaginação com suas sínteses, além de possibilitar uma ligação entre as representações do sujeito?

Pretendemos responder as duas objeções acima a partir da existência dos esquemas transcendentais. Como nota Allison¹⁶⁵, os esquemas transcendentais se ocuparão dos produtos da síntese da imaginação que irá unificar os conceitos puros com a intuição pura. E como atenta Deleuze¹⁶⁶, o papel fundamental da imaginação será, por meio de sua síntese, proporcionar a esquematização das categorias. No final deste capítulo, pretendemos, portanto, mostrar a importância dos esquemas transcendentais na relação com o conhecimento a partir da ponte que este faz entre a faculdade da sensibilidade e a faculdade do entendimento.

Kant tratará no início do capítulo do Esquematismo sobre a relação da subsunção de um objeto sob um conceito. Segundo o filósofo¹⁶⁷, toda representação de um objeto deve ser homogênea a um conceito, isto é, o conceito precisa conter o que é representado no objeto a ser subsumido.

¹⁶⁵ Cf. 1992, p, 273.

¹⁶⁶ Cf. 1963, p, 25.

¹⁶⁷ Cf. CRP, A 137 B 176

Para que seja possível essa homogeneidade faz-se necessário que o que será *intuído* no primeiro momento possa ser *pensado* posteriormente. Para demonstrar tal caso, Kant nos apresenta o exemplo do conceito puro de círculo e o conceito empírico de prato, na medida em que “o redondo, que no primeiro é pensado, se pode intuir neste último”¹⁶⁸. O redondo no conceito matemático de círculo pode ser intuído a partir de uma intuição pura, uma vez que esta é homogênea com a intuição empírica que nós abstraímos do conceito de prato. Não há aqui nenhuma dificuldade em afirmar que o prato é um exemplo do círculo matemático. Ora, uma vez que o conceito é a forma de um material dado pela sensibilidade e o material não é nada mais que uma forma possível de um conceito, parece natural tomar a subsunção de objetos a conceitos. O problema que se põe é que as categorias, comparadas com as intuições, são apenas formas possíveis para um material dado. Neste sentido, as categorias são heterogêneas com relação às intuições. Como, então, “é possível a subsunção das intuições aos conceitos, [...] já que ninguém dirá que esta, por exemplo, a causalidade possa também ser intuída pelos sentidos e ao mesmo tempo esteja contida nos fenômenos?”¹⁶⁹.

Este questionamento, que segundo Kant se coloca de maneira natural, será o motivo pelo qual ele irá formular sua doutrina transcendental da faculdade de julgar, para que haja um emprego correto dos conceitos, ou seja, para que os conceitos possam combinar corretamente com esse e não aquele material dado. A faculdade de julgar irá, então, se servir de esquemas para decidir se os dados da sensibilidade caem ou não sob as regras geradas pelo entendimento, já que é necessário, além do conhecimento das regras, a capacidade de empregá-las corretamente a cada caso.

4.2 Esquema enquanto determinação transcendental do tempo

Podemos perceber dois momentos indispensáveis no primeiro capítulo primeiro, que o tempo está presente em todos os tipos de sínteses, uma vez que este é uma condição formal do diverso e, portanto, da ligação de todas as representações; e, segundo, haja vista a síntese de reconhecimento, que o conceito do entendimento contém uma unidade sintética pura do diverso em geral. O começo do

¹⁶⁸ CRP, A 137 B 176

¹⁶⁹ Cf. CRP, A 138 B 177

argumento de Kant para uma prova da aplicação das categorias aos fenômenos está justamente na noção de tempo e no aspecto da unidade sintética do diverso. Diz Kant:

Uma determinação transcendental do tempo é homogênea à *categoria* (que constitui a sua unidade) na medida em que é universal e assenta sobre uma regra *a priori*. É, por outro lado, homogênea ao *fenômeno*, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do diverso¹⁷⁰.

Tal regra *a priori* na qual o tempo repousa, é a categoria. Enquanto espontaneidade o entendimento determinará o sentido interno (tempo) conforme a unidade sintética originária da apercepção do múltiplo da intuição sensível. Tal unidade deve ser considerada como a condição sob a qual tem necessariamente que estar todos os objetos da nossa (humana) intuição¹⁷¹. A síntese da imaginação enquanto determinante do nosso sentido interno é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade¹⁷², ou seja, esta síntese também é um resultado do entendimento e, neste sentido, homogêneo as categorias. A síntese realizada pela imaginação não está submetida a uma síntese associativa,¹⁷³ como ocorre com conteúdos empíricos, ou seja, ela não se exerce diretamente sobre os múltiplos dados empiricamente, mas sim sobre a multiplicidade formal pura do tempo. Deste modo, só a partir de uma determinação transcendental do tempo é possível a subsunção dos fenômenos às categorias. Será, portanto, a esta condição formal e pura da sensibilidade a que o conceito deve recorrer no seu uso que Kant dará o nome de esquema. Ou seja, os esquemas possibilitam uma aplicação das categorias aos objetos sensíveis sob a forma de tempo. Ora, mas poderíamos fazer a seguinte indagação: porque motivo Kant trata apenas de uma das formas puras da intuição, no caso o tempo, e não menciona a outra, o espaço? Uma das razões que se pode argumentar é pelo fato de o espaço ser apenas uma forma de intuição exterior, enquanto que o tempo, embora seja uma condição *imediate* da intuição interna, é também a condição *mediate* da intuição exterior. Como diz Kant ainda na Estética transcendental: “o tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral. O espaço [...]

¹⁷⁰ CRP, A 138 B 178/179

¹⁷¹ CRP, B 150

¹⁷² Cf. CRP B 152

¹⁷³ “Na medida em que a imaginação é espontaneidade, também por vezes lhe chamo imaginação *produtiva* e assim a distingo da **imaginação reprodutiva, cuja síntese está submetida a leis meramente empíricas, as da associação**, e não contribui, portanto, para o esclarecimento da possibilidade de conhecimento *a priori*” (CRP B 152, grifo nosso).

limita-se, como condição *a priori*, simplesmente aos fenômenos externos¹⁷⁴”. Segundo Paton¹⁷⁵, tanto o tempo como o espaço deve ter sua participação na esquematização das categorias, porém, o espaço só terá seu lugar específico no capítulo dos Princípios puros do entendimento.

O esquema, nas palavras de Kant, além de ser uma determinação transcendental do tempo: “é sempre, em si mesmo, apenas um produto da imaginação”¹⁷⁶. Aqui reside o caráter produtivo da imaginação, uma vez que esta formará uma espécie de arquétipo, um modelo dos possíveis objetos da experiência em conformidade com as categorias. Neste sentido, a necessidade de uma representação mediadora entre a sensibilidade e o entendimento para a possível aplicação das categorias aos fenômenos deve ser reportado a um ato da imaginação produtiva, mais especificamente a síntese transcendental desta faculdade. Esta síntese é um exercício da espontaneidade, que é determinante e não apenas, como a sensibilidade, determinável, e assim esta pode determinar *a priori* o sentido. Portanto, “uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade; e a sua síntese das intuições, *de conformidade com as categorias*, tem de ser a síntese transcendental da *imaginação*”¹⁷⁷. O esquema, enquanto produto da imaginação, não é uma mera imagem, ele é uma forma geral que torna imagens possíveis. Neste sentido, o esquema de um conceito é a representação de um processo geral da imaginação para dar a este a sua aplicabilidade correspondente às intuições sensíveis. A imaginação, por meio dos esquemas, determina a ligação entre sensibilidade e entendimento, não por meio de dados empíricos contingentes, mas por meio da relação das categorias com a intuição interna pura (tempo). Deste modo, a imaginação não trata os conceitos puros como comparações entre impressões dadas ou imagens copiosas dos objetos da experiência. Ao contrário, ela fornece um processo pelo qual é possível esta aplicação, que terá tanto o caráter intelectual de um lado, como o sensível de outro.

Desta forma, o esquema é uma representação de um processo geral da imaginação, que fornece uma representação intuitiva que funciona como um “repertório” de regras para a formação de imagens¹⁷⁸. Imagem esta concebida, não

¹⁷⁴ CRP, A 34 B 50

¹⁷⁵ Cf. 1973, p. 28

¹⁷⁶ CRP, A 140 B 179

¹⁷⁷ CRP, B 153

¹⁷⁸ CRP, A 140 B 180

enquanto algo que pode ser dado por meio da nossa faculdade receptiva, mas sim enquanto uma construção da capacidade de imaginação. O primeiro modo que o entendimento busca uma aplicação de suas categorias aos objetos da intuição é através da síntese transcendental da imaginação, chamada por Kant, como vimos de síntese figurada. O entendimento, neste sentido, “usa” ou, dito de outra maneira, “regula” a imaginação em prol de sua finalidade, a saber, estabelecer uma relação com as intuições sensíveis rumo ao conhecimento. Por este motivo Kant identifica o *esquema* como “a condição formal e pura da sensibilidade” e o *esquematismo* como “o processo pelo qual o entendimento opera com esses esquemas”¹⁷⁹. Ou seja, o *esquematismo* é o modo pelo qual o entendimento regula as operações dos esquemas da imaginação. Na medida em que “a imaginação é faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a presença deste* na intuição”¹⁸⁰ ela pertence à sensibilidade. Contudo, quando a imaginação determina a sensibilidade, como na síntese de apreensão e na formação dos esquemas, esta age de maneira espontânea e pertence, assim, ao entendimento e, por este motivo, a imaginação torna-se uma faculdade intermediária no processo de formação do conhecimento.

Feito então essa relação, mesmo que de maneira breve, entre imaginação, sensibilidade e entendimento, vejamos o que foi definido até o presente momento. Em primeiro lugar, o esquema aparece como um terceiro termo que é homogêneo à categoria e ao fenômeno e que permite a aplicação da primeira ao segundo. Isto se deve ao fato dessa representação ser, por um lado, intelectual e, por outro, sensível. Segundo, que Kant inseriu no capítulo contexto, o tempo, que é homogêneo à categoria, na medida em que este é universal e, também é homogêneo ao fenômeno, uma vez que a intuição interna está inserida em toda representação empírica do diverso. Desta maneira, Kant estabelece que uma aplicação das categorias aos fenômenos só será possível mediante uma determinação transcendental do tempo, que “como esquema dos conceitos do entendimento, proporciona a *subsunção* dos fenômenos na categoria”¹⁸¹. Neste sentido, Kant parece, finalmente, superar a heterogeneidade entre categoria e fenômeno. Em terceiro lugar, percebemos que os esquemas são produtos da imaginação. Isso significa que a imaginação por meio de sua síntese produz o

¹⁷⁹ Cf. CRP, A 140 B 179

¹⁸⁰ CRP, B 151

¹⁸¹ CRP, A 139 B 178

esquema que será fundamental na mediação do conhecimento. Os dois extremos, sensibilidade e entendimento, nas palavras de Kant: “devem articular-se graças a esta função transcendental da imaginação, pois de outra maneira ambos dariam, sem dúvida, fenômenos, mas nenhum objeto de um conhecimento empírico e, portanto, experiência alguma”¹⁸².

4.3 Esquemas dos conceitos sensíveis puros e empíricos

Kant nos fala de três tipos de esquemas¹⁸³: os sensíveis puros, os empíricos e os transcendentais. Para cada tipo de esquema o autor estabelece uma relação diferente. As passagens em que o filósofo analisa a diferença entre esquema e imagem são as mesmas em que serão tratados os esquemas dos conceitos sensíveis puros e os esquemas dos conceitos empíricos. A passagem em que podemos perceber claramente a diferença entre esquema e imagem se encontra neste exemplo:

Quando disponho cinco pontos um após o outro tenho uma imagem do número cinco. Em contrapartida, quando apenas penso um número em geral, que pode ser cinco ou cem este pensamento é antes a representação de um método para representar um conjunto, de acordo com certo conceito, por exemplo mil, numa imagem, do que essa própria imagem, que eu, no último caso, dificilmente poderia abranger com a vista e comparar com um conceito.¹⁸⁴

Podemos perceber neste exemplo que a imagem visa apenas uma intuição singular, enquanto que o esquema é relacionado a uma determinação geral. Desta forma, o esquema torna possível a representação de um conceito em uma forma geral e não em forma de uma intuição singular, que só fornece imagens particulares. Como podemos notar na passagem acima, os “cinco pontos um após o outro” são uma representação particular, uma intuição que, por sua vez, representa uma imagem singular do número cinco. Só a partir destas representações particulares que o sujeito pode formar a imagem do número cinco. Ao contrário, o esquema torna possível, não apenas a representação de um número particular, mas

¹⁸² CRP, A 124

¹⁸³ Kant parece entrar em contradição ao falar sobre os esquemas sensíveis puros e os esquemas empíricos, visto que em uma passagem presente logo no início do capítulo do *Esquematismo* o filósofo afirma que: “Em todas as outras ciências, em que os conceitos, pelos quais um objeto é *pensado* em geral, não são tão diferentes e heterogêneos, relativamente àqueles que representam esse objeto *em concreto*, tal como é dado, é desnecessário dar uma explicação particular relativa à aplicação dos primeiros aos últimos” (CRP, A 138 B 177).

¹⁸⁴ CRP, A 140 B 180

do número de maneira geral, como veremos no esquema da categoria de quantidade. Dificilmente poderíamos abranger com a vista a imagem do número mil, só sabemos o que é mil por meio de uma construção *a priori*. Será, com efeito, “essa representação de um processo geral da imaginação para dar a um conceito a sua imagem que designo pelo nome de esquema desse conceito”¹⁸⁵.

É aliado a essa diferença entre esquema e imagem que Kant expõe seu argumento sobre os esquemas dos conceitos sensíveis puros. Como ele faz notar nesta passagem: “De fato, os nossos conceitos sensíveis puros não assentam sobre imagens dos objetos, mas sobre esquemas”¹⁸⁶. A imagem, portanto, nunca poderia alcançar a universalidade do conceito. Para o conceito de triângulo, por exemplo, nenhuma imagem seria jamais adequada para representá-lo, pois não atingiria a universalidade do conceito pela qual este é válido para todos os triângulos, retângulos, de ângulos oblíquos e etc¹⁸⁷. O esquema do triângulo só existe no pensamento e significa uma regra da síntese realizada pela imaginação com vista a figuras puras no espaço¹⁸⁸. Portanto, a universalidade dos conceitos só pode ser representada por meio dos esquemas. Este esquema é um procedimento da imaginação que torna possível a própria construção de imagens.

Para os esquemas dos conceitos empíricos, Kant apresenta o seguinte exemplo:

O conceito de cão significa uma regra segundo a qual a minha imaginação pode traçar de maneira geral a figura de certo animal quadrúpede, sem ficar restringida a uma única figura particular, que a experiência me oferece ou também a qualquer imagem possível que posso representar *in concreto*¹⁸⁹.

Kant apresenta, então um conceito qualquer, “cão” e, logo depois, como um resultado do trabalho da imaginação, a figura de um animal de quatro patas (esquema) e, finalmente a imagem do cão individualmente. Neste sentido, tanto os conceitos sensíveis puros como os conceitos empíricos necessitam dos esquemas para a aplicação destes às imagens. Como nos diz Paton¹⁹⁰, o esquema, ou regra de construção, admite grande variedade de detalhes e por isso se adequa ao conceito, enquanto isso qualquer imagem individual que construirmos ou qualquer

¹⁸⁵ CRP, A 140 B 180

¹⁸⁶ CRP, A 140 B 180

¹⁸⁷ Cf. CRP, A 141 B 180

¹⁸⁸ Cf. CRP, A 141 B 180

¹⁸⁹ CRP, A 141 B 180

¹⁹⁰ Cf. 1973, p. 34.

ção real que possamos ver ficará muito aquém da universalidade do conceito, que só em posse do esquema poderá ser aplicado corretamente.

No caso dos conceitos empíricos, Kant nos diz que o próprio conceito dá a regra para a imaginação, o que pareceria contraditório com a definição de esquema enquanto regra de construção de imagens. Todavia, para que o conceito funcione como regra de determinação de uma imagem, este precisa de uma unidade. Tal unidade seria fornecida pela imaginação na forma de uma figura em geral, a de um animal que é quadrúpede, por exemplo. Esta figura em geral (esquema) que determinará a aplicação correta das possíveis imagens aos conceitos, ou seja, as formações de tais figuras servem para interpretar as categorias na intuição pura. Ao tratar sobre os conceitos sensíveis puros e depois sobre os conceitos empíricos, Kant finaliza essa discussão afirmando que:

Só poderemos dizer que *a imagem* é um produto da faculdade empírica da imaginação reprodutiva, e que *o esquema* de conceitos sensíveis (como das figuras no espaço) é um produto e, de certo modo, um monograma da imaginação pura *a priori*, pelo qual e segundo qual são possíveis as imagens; estas, porém, têm de estar sempre ligadas ao conceito, unicamente por intermédio do esquema que elas designam e ao qual não são em si mesmas inteiramente adequadas¹⁹¹.

Segundo Paton¹⁹², o termo monograma¹⁹³ deve ser interpretado nesta passagem como uma “combinação” ou como um “esboço”, uma vez que Kant associa os esquemas de diferentes maneiras, ou como regra ou como síntese. Ainda para Paton, a maneira mais satisfatória de interpretar tais esquemas seria defini-los como uma forma de combinação, de adequação entre conceitos e fenômenos através da síntese pura da imaginação transcendental.

4.4 Esquemas dos conceitos puros do entendimento

Com base no que foi dito sobre os dois tipos de esquemas (os sensíveis puros e os empíricos) podemos afirmar que uma definição comum a ambos seria que estes devem ser compreendidos como uma espécie de regra de síntese da

¹⁹¹ CRP A 142 B 181.

¹⁹² Cf. 1973, p. 36.

¹⁹³ Kant usa tal termo também no capítulo intitulado *O Ideal da razão pura*, ao falar que: “totalmente diferente é o caso das criações da imaginação, que ninguém pode explicar nem acerca delas formular um conceito inteligível, que são como que *monogramas*, traços isolados, que nenhuma suposta regra determina e que, mais que uma imagem determinada, constitui antes um desenho flutuante no meio de experiências diversas” (CRP, A 570 B 598).

imaginação para proporcionar imagens. Esperar-se-ia o mesmo dos esquemas transcendentais, porém, estes não são compreendidos enquanto regras sintéticas da imaginação. Kant se refere a estes esquemas enquanto ação da própria síntese pura. Nas palavras do filósofo:

O esquema de um conceito puro do entendimento é algo que não pode reduzir-se a qualquer imagem porque é apenas a síntese pura, feita de acordo com uma regra da unidade segundo conceitos em geral e que exprime a categoria; é um produto transcendental da imaginação, referente à determinação do sentido interno em geral, segundo as condições da sua forma (o tempo), em relação a todas as representações, na medida em que estas devem interconectar-se a priori num conceito conforme à unidade da apercepção¹⁹⁴.

Ao contrário dos esquemas dos conceitos sensíveis puros e dos esquemas dos conceitos empíricos, Kant introduz a questão dos esquemas dos conceitos puros assinalando que estes são a própria síntese e não uma espécie de regra¹⁹⁵. Como vimos anteriormente, os esquemas matemáticos e os esquemas empíricos funcionavam como uma regra de síntese da imaginação com vista à produção de imagens de acordo com um conceito. Ora, mas nenhuma imagem pode corresponder a uma categoria e, neste sentido, o esquema transcendental não pode ser uma regra para a construção de uma imagem ou, nas palavras de Kant “não pode reduzir-se a qualquer imagem”. Aqui reside a obscuridade do capítulo do esquematismo, pois, como pode o filósofo definir que o esquema em geral é uma regra de síntese da imaginação e depois, ao falar sobre a natureza dos esquemas transcendentais, afirmar que estes são a própria síntese pura de acordo com uma regra da unidade segundo conceitos em geral?

Para resolução de tal impasse, devemos aqui levar em consideração a intuição pura interna, a saber, o tempo. Como vimos anteriormente, o esquema em geral é definido por Kant como uma determinação transcendental do tempo, e será esta intuição que funcionará como uma “imagem pura [...] de todos os objetos dos sentidos em geral”¹⁹⁶ para a correta aplicação das categorias aos fenômenos. Kant não faz uma análise detalhada no que, em geral, necessitam os esquemas transcendentais, pois segundo o filósofo tal descrição seria árida e fastidiosa. Ao

¹⁹⁴ CRP, A 142 B 181 (grifo nosso)

¹⁹⁵ Paton aponta (cf. 1973, p. 36) para o fato de que Kant nos conduziu em um caminho que tomaria os tipos de esquemas a partir de características comuns, mas ao falar dos esquemas dos conceitos puros do entendimento Kant teria feito algumas mudanças, que, à primeira vista poderia reduzir o leitor ao desespero.

¹⁹⁶ CRP, A 143 B 182

invés disso, Kant prefere descrevê-los segundo a ordem das categorias e a relação que cada esquema transcendental tem com estas. Deste modo, passemos agora a associar cada grupo de categoria ao esquema destas, uma vez que estes, enquanto determinação transcendental do tempo irá expor a regra de aplicação de cada conceito puro.

4.4.1 Esquemas da quantidade

O primeiro grupo de categoria analisada por Kant será a da quantidade. A determinação transcendental do tempo à categoria de quantidade será o número, isto porque, o ato de adicionar algo é o próprio tempo produzido pelo sujeito enquanto uma sucessão de unidades. O esquema destas categorias será a síntese do próprio tempo na apreensão de um objeto. Esta síntese será a regra pela qual possibilitará que os conceitos de unidade, pluralidade e totalidade se relacionem com os objetos da experiência. O esquema da quantidade (número) é um procedimento para a construção da representação figurada da quantidade, uma vez que este engloba a adição sucessiva da unidade a unidade.

Portanto, “o número não é mais do que a unidade da síntese que eu opero entre o diverso de uma intuição homogênea em geral, pelo fato de eu produzir o próprio tempo na apreensão da intuição”¹⁹⁷. Como nota Paton, essa adição sucessiva de unidades, só é possível por meio de uma síntese transcendental da imaginação, uma vez que esta é a responsável pela apreensão dos objetos na formação do espaço e do tempo. Como o esquema da categoria da quantidade representa o próprio tempo na sucessão da apreensão, este irá ser definido enquanto uma *série no tempo*.

4.4.2 Esquemas da qualidade

A esquematização das categorias de qualidade trata do preenchimento ou não do tempo em relação com a sensação, enquanto matéria da intuição empírica. Aqui o tempo será relacionado com a existência, o ser (realidade), com a não-existência, um não-ser (negação) e com a existência limitada, oposição (limitação).

¹⁹⁷ CRP, A 143 B 182

Todas as etapas dizem respeito a um *conteúdo* ou não no tempo. Há, pois uma relação e um encadeamento, ou antes, uma passagem da realidade para a negação, pela qual toda a realidade é susceptível de representação como quantum. Em meio a estas passagens toda a sensação possuirá um grau de realidade pela qual pode preencher mais ou menos o mesmo tempo, neste sentido,

O esquema de uma realidade como quantidade de algo, na medida em que esse algo preenche o tempo, é precisamente essa contínua e uniforme produção da realidade no tempo, em que se desce, no tempo, da sensação que tem determinado grau, até ao seu desaparecimento ou se sobe, gradualmente, da negação da sensação até à sua quantidade¹⁹⁸.

A partir desta passagem, podemos concluir que o que pode ser apreendido da sensação é o seu grau de realidade. Ao contrário da categoria da quantidade, que é caracterizada como uma *grandeza extensiva*, a categoria de qualidade tem uma *grandeza intensiva*, isto é, um grau na determinação da realidade. O esquema da realidade será o tempo preenchido, que possibilita o real no fenômeno. A categoria de negação será esquematizada por um tempo vazio, um grau zero de sensação. Já a categoria da limitação é esquematizada a partir de quantidade de graus intermediários, que se encontra entre a realidade e a negação. Assim, toda a sensação e, por conseguinte, toda a realidade do fenômeno, possui um grau, isto é, uma grandeza intensiva. Portanto, as categorias da qualidade são esquematizadas segundo o *conteúdo* do tempo.

4.4.3 Esquemas da relação

Além de quantidade e qualidade, o objeto da experiência necessita de uma posição em relação ao espaço e tempo. Os esquemas das categorias de relação irão determinar, por meio do tempo, as relações entre as percepções. Kant apresenta então, três características da determinação transcendental do tempo, a saber, a permanência, a sucessão e a simultaneidade.

A esquematização da categoria de substância será a permanência do real no tempo, que é um substrato que persiste enquanto tudo o mais muda. Há aqui, portanto, uma realidade que prossegue, mesmo que a mesma seja afetada pela transformação. A segunda categoria da relação é a causalidade. Sua esquematização consiste na sucessão do diverso segundo regras. Tais regras

¹⁹⁸ CRP, A 143 B 183

implicam que, no decorrer do tempo, devemos distinguir um momento anterior e outro posterior, uma vez que uma causa implica um efeito e, neste sentido uma sucessão no tempo. A simultaneidade é o esquema da categoria de comunidade, que implica na reciprocidade das substâncias e acidentes.

Deste modo, os esquemas da relação devem ser compreendidos enquanto uma *ordem* segundo uma determinação transcendental do tempo, a saber, a permanência das coisas (esquema da substância); a sucessão das mesmas (esquema da causalidade) e a simultaneidade destas (esquema da comunidade).

4.4.4 Esquemas da modalidade

Os esquemas dessas categorias são oriundos do *conjunto* do tempo. A esquematização da categoria da possibilidade é a determinação da representação de uma coisa em qualquer tempo. Ou seja, é a combinação da síntese da imaginação de diversas representações com as condições do tempo, por exemplo, “que os contrários não podem existir, simultaneamente, numa coisa só, mas só sucessivamente”¹⁹⁹. Assim, o esquema da existência é a presença de uma matéria da intuição (sensação) num determinado tempo, enquanto que o esquema da necessidade é a existência de um objeto em todo o tempo. A existência aqui leva em consideração seus dois aspectos, o formal e o material, uma vez que a existência de um objeto não pode ser adquirida apenas de maneira *a priori*, depende também de algo dado²⁰⁰.

4.5 Conclusões acerca dos esquemas transcendentais

No final destas relações da síntese imaginativa, enquanto determinação do tempo (esquema), com cada grupo de categoria, Kant faz um breve resumo das conclusões que se pode tirar até então. A primeira consequência destas relações é que “os esquemas dos conceitos puros do entendimento, são, pois, as condições

¹⁹⁹ CRP, A 144 B 184.

²⁰⁰ Kant irá mencionar sobre esse duplo aspecto da existência de um objeto no capítulo intitulado *Refutação ao Idealismo*. Neste, afirma Kant: “Ora, como nenhuma existência dos objetos dos sentidos pode ser conhecida inteiramente *a priori*, mas só comparativamente *a priori* em relação à outra existência já dada, e porque apenas se tem acesso àquela existência que deve estar contida algures no contexto da experiência de que a percepção dada é uma parte, conclui-se que a necessidade da existência nunca pode ser conhecida por conceitos, mas sempre unicamente pela ligação com o que foi percebido” (CRP A 227 B 179).

verdadeiras e únicas que conferem aos conceitos uma relação a objetos, portanto, uma *significação*²⁰¹.

Só através dos esquemas, portanto, que há uma verdadeira aplicação das categorias aos fenômenos, e neste sentido, o problema da heterogeneidade seria dissolvido. Neste sentido, o uso correto das categorias se dá por meio do produto da síntese transcendental da imaginação, que possibilitará a subsunção de um objeto ao conceito, a partir da determinação transcendental do tempo. De onde se segue que: “a categoria pura não basta para formar nenhum princípio sintético *a priori*”²⁰². Ou seja, ao abstrairmos de toda a condição da intuição sensível, não poderíamos conhecer nenhum objeto, o que se exprimiria era apenas o pensamento de um objeto em geral, segundo diversos modos²⁰³. No capítulo do *Princípio da distinção de todos os objetos em geral em fenômenos e númenos*, Kant resume bem a necessidade dos esquemas transcendentais ao afirmar que:

As categorias puras, sem as condições formais da sensibilidade, têm significado apenas transcendental, mas não possuem uso transcendental, porque este uso é, em si mesmo, impossível, na medida em que lhe faltam todas as condições [...], ou seja, as condições formais da subsunção de um eventual objeto nesses conceitos. Sendo assim, se elas (enquanto simples categorias puras) não devem servir para uso empírico nem para uso transcendental, de nada servem, pois se as desligarmos da sensibilidade, isto é, se não podem ser aplicadas a um objeto possível, são simplesmente a forma pura do uso do entendimento em relação aos objetos em geral e ao pensamento, sem que só por elas se possam pensar ou determinar qualquer objeto²⁰⁴.

O esquema transcendental, portanto, é o responsável em fornecer uma forma geral pela qual as categorias adquirem uma significação. Dito de outro modo, a síntese transcendental da imaginação produz o esquema, enquanto determinação *a priori* do tempo, e desta maneira, adequa as condições sensíveis das quais as categorias dependem para se referirem a objetos, e conseqüentemente, é um componente fundamental para a validade objetiva das categorias. Contudo, as categorias não são oriundas da receptividade de nossa mente (sensibilidade), ou seja, estas também possuem um caráter independente da experiência. Os esquemas realizam esta aplicação das categorias aos fenômenos, mas ao mesmo tempo tais esquemas restringem as categorias puras “isto é, as limitam a condições,

²⁰¹ CRP, A 145 B 186

²⁰² CRP, A 248 B 304

²⁰³ Cf. CRP, A 249 B 305

²⁰⁴ CRP, A 249 B 306

que se situam fora do entendimento”²⁰⁵. Kant nos fala aqui da possibilidade de uma significação das categorias independente das condições sensíveis. De fato, tais conceitos possuem uma independência em relação a tais condições. Contudo, a significação destas categorias isoladamente seria apenas uma significação *lógica*, a da simples unidade das representações. Neste tipo de significação, porém, nenhum objeto é dado e, portanto, não há aqui, como nos diz Kant, “nenhuma significação que possa proporcionar um *conceito* de objeto”²⁰⁶.

Neste sentido, a categoria de substância, por exemplo, sem uma determinação transcendental do tempo, a saber, o esquema da permanência no tempo, seria apenas uma forma lógica. Deste modo, os conceitos puros *a priori* sem os esquemas transcendentais seriam apenas funções do entendimento e não representariam objeto algum.

²⁰⁵ CRP, A 147 B 186

²⁰⁶ CRP, A 148 B 187

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à idéia Kantiana sobre a faculdade de imaginação na CRP, as questões fundamentais que perpassaram nosso trabalho foram as relativas ao conceito de síntese e esquema. Através da análise destes dois conceitos, pudemos constatar a presença marcante da imaginação no interior da obra. Estabelecemos com a investigação do § 10 o primeiro papel da síntese designado por Kant na CRP, a saber, o ato de juntar diversas representações umas às outras e conceber sua diversidade num conhecimento.

Contudo, com tal atividade ainda não era possível formar o conhecimento sobre os objetos, uma vez que nesta primeira definição encontrar-se-ia apenas uma característica da síntese, que seria o ato de apreensão. Este ato, desenvolvido mais precisamente na edição de 1781 da CRP, nos possibilitou perceber o primeiro nível da explicação dada por Kant sobre a ligação das diversas representações em direção a formação do conhecimento e a primeira parte do aspecto subjetivo da Dedução transcendental. A apreensão sintética, como vimos, apresentou-se como a primeira forma da relação da faculdade de imaginação com o que é captado intuitivamente. Assim, mostrou-se que tal síntese envolve mais do que um aglomerado de impressões sensíveis. Sua ação, apesar de se exercer imediatamente nas percepções, possibilita o cenário da distinção de vários momentos *no tempo*, resultando na percepção do diverso enquanto contendo uma unidade da intuição.

A questão da possibilidade de ligar cada apreensão sucessiva do diverso intuído foi respondida com a explicação do outro aspecto da síntese, o ato reprodutivo. Este tipo de síntese possibilita a associação do diverso entre si, apreendido na síntese anterior. A reprodução sintética possibilita que relembremos o passado diante do presente. Não poderíamos formar conhecimento algum sem o ato de reprodução das nossas representações, uma vez que se não existisse tal operação teríamos apenas representações dispersas e nunca unificadas.

A apreensão e a reprodução das representações não seriam possíveis se não tivéssemos uma consciência capaz de perceber e viabilizar tal processo. A consciência *una*, estabelecida na síntese de reconhecimento, reúne numa representação o diverso apreendido e reproduzido. Será no ato de reconhecimento que o sujeito garantirá que tais processos sintéticos ganhem validade por meio da unidade da sua

consciência. Há, portanto, um ato de reconhecimento das sínteses anteriores. Para que o sujeito possa realizar tal processo, este necessita ter consciência da identidade dele mesmo referente às representações. Como foi observado, o princípio que permitirá a ligação das diversas representações a uma consciência *una* será o *princípio transcendental da unidade*. Unidade esta que será sempre sintética e provida pela apercepção pura. Na síntese de reconhecimento chegaríamos à parte fundamental do aspecto subjetivo da Dedução da primeira edição da CRP.

A faculdade de imaginação atua no primeiro tipo de síntese possibilitando a *apreensão* das representações através da formação do tempo. Logo depois, esta faculdade *reproduz* as representações geradas na síntese anterior por meio de imagens. Estes dois processos sintéticos dependem de uma consciência *una*, gerada pela apercepção pura, que fornece uma unidade sintética, possibilitando o reconhecimento das sínteses anteriores. Como notamos, esta unidade sintética deve reportar-se a síntese pura da imaginação como uma condição *a priori* da possibilidade de toda a composição do diverso num conhecimento. Deste modo, atribuir à imaginação os processos sintéticos de apreensão, reprodução e reconhecimento é encarregar esta faculdade, do ponto de vista da unificação das representações, de uma função essencial na formação do conhecimento.

Vimos que no § 10, ao estabelecer os três elementos fundamentais do conhecimento, Kant já atribuía à imaginação esta função de sintetizar o diverso. Esta faculdade se relacionaria diretamente com os outros dois elementos indispensáveis do conhecimento, o diverso *intuído* pela sensibilidade e a *unidade* dada pelo entendimento. Neste sentido, são, pois, os conceitos puros do entendimento que encerrarão a unidade necessária da síntese pura da imaginação. Desta maneira, assim como a síntese da imaginação necessita dos conceitos puros do entendimento, estes necessitam da *apreensão* e da *reprodução* dos objetos, pois, se não houvesse tais operações, os conceitos seriam vazios, sem sentido algum. Portanto, a imaginação é tratada na primeira edição da CRP como àquela responsável em associar as diversas representações, não apenas de maneira empírica, mas de maneira *a priori* e necessária.

Nosso segundo capítulo buscou identificar os principais pontos da Dedução transcendental na edição B da CRP. O objetivo deste capítulo foi identificar possíveis semelhanças e diferenças entre a primeira e a segunda versão do capítulo da Dedução transcendental. O primeiro ponto que notamos quando comparamos as

duas Deduções, foi o abandono da parte subjetiva na segunda versão. Por mais que possamos encontrar alguns aspectos subjetivos da Dedução A presentes na Dedução B, concluímos que só se pode falar de um aspecto subjetivo propriamente dito na primeira versão da Dedução, em 1781.

Assim, mostrou-se que na Dedução B, Kant retirou a segunda seção, intitulada *Dos princípios a priori da possibilidade da experiência*, presente na edição A, e que foi objeto de estudo da primeira parte da nossa dissertação. Surgiu, então, a seguinte indagação: como é possível compreender o papel da imaginação na Dedução B sem a presença marcante de tal aspecto, uma vez que os modos sintéticos (*apreensão, reprodução e reconhecimento*) são esclarecidos na parte subjetiva da Dedução A? Ao longo de nossa exposição sobre a Dedução B, percebemos que mesmo havendo uma diminuição das funções que cabiam à imaginação, esta faculdade ainda possui um papel fundamental na constituição do conhecimento.

A tese da necessidade da ligação de nossas diversas representações, exposta por Kant na abertura da Dedução B (§ 15), pode ser levada em consideração como um ponto em comum com o aspecto subjetivo da Dedução A, uma vez que uma das principais preocupações desta última é a ligação das diversas representações para a formação do conhecimento. Kant continua sua argumentação afirmando que tal ligação deve ter como princípio um ato espontâneo, originado na capacidade de representação do sujeito. Neste sentido, toda ligação, quer seja do diverso intuído ou de vários conceitos, será um ato do entendimento.

Vimos que há na segunda versão da Dedução uma conformidade entre ligação e síntese, sendo ambas provenientes da capacidade espontânea da representação. O primeiro ponto de separação entre ambas as edições da Dedução encontra-se neste momento, uma vez que constatamos que Kant definiu na edição A que a faculdade de imaginação seria a responsável pela síntese do conhecimento. Outro ponto de afastamento da Dedução A é que na nova Dedução este conceito de ligação não pode partir dos sentidos, uma vez que estes não produzem representações, apenas as recebem. Na Dedução A, Kant atribuía certa capacidade de ligação aos sentidos, o que foi observado na primeira parte do nosso primeiro capítulo com o papel da *sinopse*.

Percebemos que mesmo havendo algumas divergências entre as duas versões da Dedução, encontramos, nos §§ 15 e 16, algumas semelhanças entre as Deduções. Isto foi destacado pelo pensamento de Longuenesse, que afirma que a

finalidade de Kant nestes respectivos parágrafos seria demonstrar *como* o múltiplo dado *a priori* na sensibilidade é possível através de uma unidade sintética *a priori*. Neste sentido, a preocupação primeira de Kant seria *como* se daria a ligação entre estas duas dimensões, resguardando, assim, parte do aspecto subjetivo da Dedução A, a saber, definir o *como* da questão.

A síntese transcendental da imaginação é introduzida por Kant no § 24. Neste contexto, Kant buscou considerar o objeto, não apenas em seu sentido lógico, como mera forma do pensar, mas no sentido de especificar sua relação com a intuição sensível na constituição do pensamento. Mostramos que o conhecimento não depende apenas da unidade da apercepção e das categorias do entendimento, mas também de nossas intuições aplicadas a estas condições. A atividade sintética da faculdade de imaginação aparece, portanto, como aquela que possibilitará a mediação necessária entre os conceitos puros do entendimento e as intuições puras de espaço e tempo.

Vimos que tal faculdade assumirá um duplo aspecto: ora ela será vinculada com a faculdade da sensibilidade e, em outra situação, com a faculdade do entendimento. Percebemos que a definição de imaginação enquanto faculdade de representar objetos, relaciona a mesma à sensibilidade. Contudo, a imaginação terá na Dedução B sua atividade regulada pelo entendimento. Será a partir das regras desta última faculdade que a imaginação estará submetida, não sendo consciente de sua própria atividade. Isto daria sentido à definição dada por Kant no § 10 de que ela seria uma faculdade “cega”, embora indispensável da alma, sem a qual de modo algum teríamos consciência.

Como se pode notar, um dos pontos decisivos para o afastamento da Dedução A em relação a sua nova versão foi o fato de Kant afirmar na Dedução B que a imaginação seria apenas um efeito do entendimento sobre a sensibilidade. Não é possível fazer tal constatação no aspecto subjetivo da Dedução A. Mesmo perdendo um caráter mais independente na Dedução B, a imaginação ainda terá um papel fundamental na constituição do conhecimento. Será por meio desta faculdade que haverá a determinação do múltiplo sensível, possibilitando a ligação deste com os conceitos puros do entendimento.

No terceiro capítulo investigamos o papel dos esquemas transcendentais, que correspondem à outra função da faculdade de imaginação. Percebemos que Kant anunciava a importância deste capítulo já no § 23 da Dedução transcendental.

Neste parágrafo, o filósofo levantava a questão da possibilidade da existência de algo que correspondesse à determinação do pensamento, se uma intuição empírica não lhe der o caso para a aplicação. Este assunto de que falava Kant foi tratado no capítulo seguinte, a saber, *Do esquematismo dos conceitos puros do entendimento*. A preocupação central deste capítulo foi determinar como é possível a aplicação dos conceitos puros do entendimento às intuições sensíveis, uma vez que se tal aplicação não fosse possível, os conceitos puros seriam meras formas lógicas, sem qualquer conteúdo.

Notamos também, que no § 24, Kant já apresentava alguns indícios de uma possível ligação entre os conceitos puros do entendimento com as intuições sensíveis através da síntese transcendental da imaginação. Pelo fato de Kant mencionar tal ligação já no capítulo da Dedução transcendental, constatou-se que para alguns comentadores como, por exemplo, Kemp Smith, não era necessário o capítulo sobre os esquemas transcendentais. Em outro viés de interpretação, vimos que Alisson defende a posição segundo a qual o capítulo da Dedução transcendental prova de maneira geral a realidade objetiva das categorias. Porém, só na parte do esquematismo que Kant apresentará as condições específicas sob as quais isto será possível. Compartilhando tal pensamento, estabelecemos que o capítulo da Dedução transcendental apenas manifesta *que* as categorias devem ser aplicadas à dados sensíveis, mas não apresenta *como* deveria ser tal processo.

Como se pôde perceber, o argumento kantiano para comprovar a correta aplicação das categorias aos fenômenos se encontrou na noção de tempo e no aspecto da unidade sintética do diverso. Comprovou-se que só a partir de uma determinação transcendental do tempo é possível a subsunção dos fenômenos às categorias. Esta condição formal e pura da sensibilidade à qual os conceitos puros do entendimento devem recorrer no seu uso, Kant denominou de esquema. Tal esquema seria um produto da faculdade de imaginação. Deste modo, pode-se inferir que a necessidade de uma representação mediadora entre a faculdade da sensibilidade e a faculdade do entendimento para a possível aplicação das categorias aos fenômenos deve ser reportada a um ato da imaginação. Provou-se, então, que uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade e a sua síntese das intuições, de conformidade com as categorias, tem de ser a síntese transcendental da imaginação.

Nosso terceiro capítulo teve uma finalidade bem delimitada, a saber, de exibir os modos distintos de aplicação aos fenômenos de cada categoria em particular. Evidente que tal exposição só foi possível devido à investigação do capítulo da Dedução transcendental, visto que o capítulo do Esquematismo necessita antes da prova de *que* as categorias em geral aplicam-se aos fenômenos. Como se pôde assinalar, de maneira alguma isto exclui a importância dos esquemas na CRP. A relação entre estes dois capítulos em questão não é de exclusão, mas sim de complementaridade.

Portanto, procurou-se ao longo de nossa dissertação, exibir os principais aspectos da CRP em que a faculdade de imaginação está inserida. Como há uma discussão até os dias de hoje em torno da reedição desta obra, buscamos investigar como Kant tratou a imaginação em ambas as edições. Percebemos que esta faculdade terá um caráter mais autônomo na primeira edição do que na segunda, contudo, provou-se que a mesma ainda terá um papel decisivo na segunda edição da Dedução. Enfim, constatamos que os tipos sintéticos da Dedução A, a síntese figurada (*speciosa*) na Dedução B e os esquemas transcendentais, em ambas as edições, fazem da faculdade de imaginação uma ferramenta necessária para se entender a formação do conhecimento transcendental.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Henry E. **Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense.** New Haven: Yale University Press, 1992.

_____. Transcendental schematism and the problem of the synthetic "a priori". **Dialectica**, v. 35, p. 57-83, 1981.

BIRD, Graham. **A Companion to Kant** (Blackwell companions to philosophy; 36), Malden and Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2006.

BROOK, Andrew. **Kant and the mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BUROKER, Jill Vance. **Kant's Critique of Pure Reason an Introduction.** California State University, San Bernardino, 2006.

CASSIRER, Ernst. **Kant, vida y doctrina.** Tradução de Wenceslau Roces. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant.** Tradução de Germiniano Franco. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2009.

ECONOMOS, John James. **Kant's Theory of Concepts – The Apriori-Empirical Distinction Reconstituted.** *Kant-Studien* 64, Heft 1 (63–70), 1973.

EWING, A. C. **A short commentary on Kant's Critique of Pure Reason.** Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

FERRARIN, A. **Construction and Mathematical Schematism: Kant on the Exhibition of a Concept in Intuition.** *Kant-Studien* 86, Heft 1 (131-74).

FILHO, R. R. T. **O Espírito e a Letra.** São Paulo: Ática, 1975.

FREYDBERG, Bernard. **Imagination and Depth in Kant's Critique of Pure Reason.** New York, São Francisco, 1994.

GRAYEFF, Felix. **Exposição e interpretação da filosofia teórica de Kant.** Lisboa: Edições 70, 1985.

GUYER, Paul. The Transcendental Deduction of the Categories. In: GUYER, Paul. **The Cambridge Companion to Kant.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HÖFFE, Otfried. Kant's Critique of Pure Reason: The Foundation of Modern Philosophy. **Studies in German Idealism**, London, v. 10, Springer, 2010.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** Trad. José Oscar de Almeida Marques, UNESP, 2004.

KANG, Y. A. **Schema and symbol: a study in Kant's doctrine of schematism.** Amsterdã: Free University Press, 1985.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** (ed. A e B) Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7. ed. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. **Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência.** Tradução de Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2008.

_____. **Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza.** Tradução de Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1990.

_____. **Escritos pré-críticos.** Tradução de Luciano Codato. São Paulo: Unespe, 2005.

KEMP, Smith. **A commentary to Kant's critique of pure reason.** New York: Humanities Press, 1962.

KITCHER, Patricia. **Kant's Transcendental Psychology.** Nova York: Oxford University Press, 1990.

KUEHN, Manfred. Kant's critical philosophy and its reception – the first five years (1781–1786). In: **The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy.** Cambridge University press, 2006.

LACROIX, Jacques. **Kant e o kantismo.** Porto-Portugal: RÉS – Editora, 2001.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o Fim da Metafísica.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

_____. **Sobre Kant.** Tradução de José Oscar Almeida de Moraes, Maria Regina Avelar Coelho da Rocha, Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1993.

LEPPAKOSKI, Markku. **The Transcendental Schemata** In: ROBINSON, Hoke. Proceedings of the Eighth International Kant Congress, volume II. Milwaukee: Marquette University Press, 1995.

LONGUENESSE, Béatrice. **Kant and the Capacity to Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason.** Tradução de C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LOPARIC, Z. **A semântica transcendental de Kant.** Campinas: CLE, 2000.

MARQUES, U. R. A. Notas sobre o esquematismo na Crítica da Razão Pura de Kant. **Trans/Form/Ação**, v. 18, p. 121-140, 1995.

MIRAGLIA, Carlos Alberto. Imaginação e Hipótese em Kant. **Dissertatio**, Pelotas, n. 6, p. 145-157, 1997.

NOLAN, J.P. **Kant on Meaning: Two Studies.** *Kant-Studien* 70, Heft 2 (113-130), 1979.

PATON, H. J. **Kant's Metaphysic of Experience.** London: Georg Allen & Unwin, 1973.

PENDLEBURY, Michael. Making sense of Kant's schematism. **Philosophy and phenomenological research**, v. 55, n. 4, p. 777-797, 1995.

PEREIRA, R. H. S. Porque Kant jamais levou o ceticismo a sério como uma doutrina filosófica. **SKÉPSIS**, ano III, n. 5, 2010.

PIPPIN, Robert. **Kant's Theory of form an Essay on the Critique of Pure Reason.** New Haven and London Yale University Press, 1982.

ROTENSTREICH, Nathan. Kant's schematism in its context. **Dialectica**, v. 10, n. 37, p. 9-30, 1956.

SCOTT, E. **The Explanatory Structure of the Transcendental Deduction and a Cognitive Interpretation of the First Critique**, 1982.

SELLARS, Wilfrid. **The Role of Imagination in Kant's Theory of Experience.** Box 39, Folder 11 Archives of Scientific Philosophy, Special Collections Department, University of Pittsburgh, 1978. Disponível em: www.ditext.com/contents.htm. Acesso em 15 mai. 2011.

WALKER, Ralph. *Kant on. Pure Reason.* Oxford: Oxford University Press, 1982.

WARNOCK, G. J. Concepts and schematism. **Analysis**, v. 9, p.77-82, 1949.

WHITE, F. C. **Kant's first Critique and the transcendental deduction.** Brookfield, USA, 1996.

WOLFF, R. P. **Kant's theory of mental Activity.** A commentary on the analytic of the Critique of pure reason. Cambridge/Mas, 1963.

YOUNG, J. Michael. **Kant's view of Imagination.** *Kant-Studien* 79, Heft 2 (140-164), 1988.